

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
JUCIANI BINO DOS SANTOS**

**COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE OS
COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS DAS LÍNGUAS ESPANHOLA E
PORTUGUESA**

Porto Velho
2017

JUCIANI BINO DOS SANTOS

**COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE OS
COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS DAS LÍNGUAS ESPANHOLA E
PORTUGUESA**

Monografia apresentada como requisito de conclusão do curso de Letras/Espanhol da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, sob a orientação do prof. Me. Elton Emanuel Brito Cavalcante.

Orientador: Prof. Mestre Elton Emanuel Brito Cavalcante

Porto Velho
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo (a) autor (a)

S237c Santos, Juciani Bino dos.

Complementos verbais indiretos: análise contrastiva entre os complementos verbais indiretos das línguas espanhola e portuguesa / Juciani Bino dos Santos. -- Porto Velho, RO, 2017.

55 f.

Orientador (a): Prof. Me. Elton Emanuel Brito Cavalcante

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) –
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Língua espanhola. 2. Língua portuguesa. 3. Gramática. 4. Análise contrastiva. 5. Complementos verbais indiretos. I. Cavalcante, Elton Emanuel Brito. II. Título.

CDU 811.134.2

JUCIANI BINO DOS SANTOS

**COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS: ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE OS
COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS DAS LÍNGUAS ESPANHOLA E
PORTUGUESA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Rondônia
– UNIR, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado (a) em Letras
– Espanhol e suas respectivas Literaturas.

Banca Examinadora



Prof. Ms. Elton Emanuel Brito Cavalcante – Orientador
Universidade Federal de Rondônia
Departamento de Letras Estrangeiras



Prof. Dr. Luis Eduardo Fiori
Universidade Federal de Rondônia
Departamento de Letras Estrangeiras



Prof.ª Dra.ª Ana Paula Cantarelli
Universidade Federal de Rondônia
Departamento de Letras Estrangeiras

Avaliação da banca:..... *aprovada*

Porto Velho, 18 de agosto de 2017

DEDICATÓRIA

À minha família, pelas angústias e preocupações que passaram por minha causa, pelo estímulo, amor e carinho dedicados a mim; e aos meus amigos, por terem contribuído na minha formação de forma carinhosa, dedico-lhes essa conquista com gratidão.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus por mais essa vitória, por ter me dado forças durante essa trajetória, aos meus pais, irmãos e tios, pelas orações, carinho, preocupação e incentivo, aos amigos, pelo estímulo e parceria e ao meu professor orientador, pela paciência, sabedoria e empenho com que me orientou durante a realização deste trabalho.

RESUMO

Os estudos que envolvem a gramática são, na maioria das vezes, muito complexos, isso devido a sua ampla variedade de conteúdos. A gramática está basicamente delineada ou dividida em Fonética, Fonologia, Morfologia e Sintaxe. Uma das áreas importantes dentro da gramática é a Sintaxe, que por sua vez, tem por intuito analisar a relação existente entre os termos ou aspectos (sujeito, predicado, complementos nominais, verbais diretos e indiretos, entre outros) presentes nas orações e períodos. É pela riqueza de regras e exceções encontradas dentro da Sintaxe, mais especificamente nos Complementos Verbais Indiretos das duas línguas, português e espanhol, que o presente trabalho se baseia, tendo por objetivo analisar as diferenças e as similaridades entre os complementos verbais indiretos dos referidos idiomas. Além disso, tem ainda como objetivo específico verificar se na linguagem escrita atual os complementos verbais indiretos (português/espanhol) estão sendo usados na ordem padrão das respectivas sintaxes. Os fundamentos teóricos que nortearam a pesquisa deram-se com base em alguns autores como: Emilio Alarcos Llorach (2008), Celso Cunha (2008), Roberto Melo Mesquita (1997), da Nueva Gramática de la Lengua Espanhola, Rafael Lapesa (1997), Joaquim Mattoso Câmara (1979) e Rafael Cano Aguilar (1992), os quais embasaram a parte sintática e histórica. Ademais, para a realização do trabalho foi utilizada a pesquisa analítico-contrastiva. Quanto ao método, é basicamente comparativo e estruturalista. Os resultados obtidos ao final da presente pesquisa confirmaram a hipótese inicial de que a não compreensão das diferenças ou das similaridades existentes entre os complementos verbais indiretos das línguas Portuguesa e Espanhola podem configurar uma das causas da dificuldade de aprendizado do espanhol pelos falantes do português, visto que, as diferenças do complemento indireto entre as duas línguas são bem maiores que as similaridades.

Palavras-chave: Língua Espanhola; Língua Portuguesa; Gramática; Análise Contrastiva; Complementos Verbais Indiretos.

RESUMEN

La gramática involucra estudios que son, en su mayoría, muy complejos, y eso a causa de su gran variedad de contenidos. Es básicamente delineada o dividida en Fonética, Fonología, Morfología y Sintaxis. Una de las áreas importantes en la gramática es la Sintaxis, que por su turno, tiene el propósito de analizar la relación existente entre los términos o aspectos (sujeto, predicado, complementos nominales, verbales directos e indirecto etc.) presentes en las proposiciones y oraciones. Es en la riqueza de reglas y excepciones encontradas en la Sintaxis, más específicamente en los Complementos Verbales Indirectos de los dos idiomas (portugués/español), que el presente trabajo se basa, pues posee el objetivo de analizar las diferencias y semejanzas entre los referidos complementos verbales. Además, tiene aún como objetivo específico averiguar si en la escritura los complementos verbales (portugués/español) se utilizan en el orden patrón de sus respectivas Sintaxis. Los principios teóricos que nortearon la investigación están bajo a autores como: Emilio Alarcos Llorach (2008), Celso Cunha (2008), Roberto Melo Mesquita (1997), de la Nueva Gramática de la Lengua Española, Rafael Lapesa (1997), Joaquim Mattoso Câmara (1979) y Rafael Cano Aguilar (1992), quienes fueron las fuentes por el embasamiento histórico y sintáctico de este trabajo. Por lo demás, para la realización del trabajo, se ha elegido el tipo de investigación analítico-contrastiva. Cuanto al método, lo es básicamente comparativo y estructuralista. A la vez, los resultados obtenidos han logrado confirmar la hipótesis inicial del proyecto, es decir, las diferencias y similitudes existentes entre los complementos verbales indirectos en los idiomas portugués y español pueden configurar una de las causas de la dificultad en el aprendizaje del español por los hablantes del portugués, ya que, las diferencias del complemento indirecto entre las dos lenguas son mucho mayores que las similitudes.

Palabras clave: Lengua Española; Lengua Portuguesa; Gramática; Análisis Contrastivo; Complementos Verbales Indirectos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS ESPANHOLA E PORTUGUESA	12
1.1 A Formação da Língua Espanhola	12
1.2 O Espanhol da América	17
1.3 A Formação do Português	19
1.4 O português Brasileiro	22
1.5 Os Primeiros Gramáticos da Língua Espanhola e Portuguesa	23
1.6 A Gramática	25
1.7 Gramáticas: Língua Espanhola e Portuguesa (Brasil).....	27
1.8 A Sintaxe.....	28
2. COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS	30
2.1 Os Complementos Verbais Indiretos em Português.....	32
2.2 Objetos Indireto, Direto e Adjunto Adverbial.....	37
2.3 Os Complementos Verbais Indiretos em Espanhol.....	39
2.4 A Duplicação do Complemento Indireto Espanhol	45
2.5 A Relação entre o Complemento Indireto e Direto	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A gramática é ampla no que se refere aos seus conteúdos, além disso, seus temas geraram extensas discussões ao longo dos séculos. É possível estudá-la sob diversos aspectos, inclusive analisá-la de forma contrastiva, isto é, comparando a estrutura gramatical que há entre as diversas línguas. Esse tipo de estudo tem sido mais comum desde o século XIX.

Uma das partes relevantes dentro da delimitação da gramática corresponde à sintaxe, e desta, um dos assuntos mais delicados corresponde ao complemento verbal, principalmente se analisado de forma contrastiva, pois nem sempre as estruturas dos complementos verbais são semelhantes entre os distintos idiomas existentes.

Para compreender como estão estruturados os complementos verbais das línguas espanhola e portuguesa (especificamente o português brasileiro) é importante entender que elas são consideradas muito próximas em relação à pronúncia e à estrutura gramatical, isso devido às circunstâncias pelas quais ambas se originaram. O latim é a língua “mãe” das duas línguas, porém, à medida que os territórios da Península Ibérica (lugar de origem da língua portuguesa e espanhola) se expandiram, as línguas espanhola e portuguesa foram sofrendo intervenções pelos povos colonizadores (romanos, Árabes, africanos, bárbaros, etc), assim como, a colonização da América também alterou as línguas citadas, através dos idiomas nativos.

Considerando que as referidas línguas tenham sofrido alterações referentes à suas gramáticas, as diferenças configuram-se em uma das principais causas da dificuldade de aprendizado do espanhol por nativos do português e vice-versa. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho corresponde à análise das diferenças e similaridades entre os complementos verbais das línguas em estudo, partindo do questionamento: Quais as Diferenças e Similaridades dos Complementos Verbais Indiretos entre as línguas portuguesa e espanhola? Além disso, tem-se como objetivo específico nesta pesquisa, verificar se os complementos verbais indiretos (português/espanhol) estão sendo usados na ordem padrão de suas respectivas sintaxes.

O tema desenvolvido tem implicação direta no processo de ensino e aprendizagem de E-LE (Ensino de Língua Estrangeira), pois envolve o estudo de um dos elementos da gramática, o qual é requisito importante ofertado a estudantes de Letras-Espanhol. Visto dessa maneira, a temática da pesquisa nesse aspecto tem o intuito de contribuir no desenvolvimento do ensino e aprendizado da língua espanhola por falantes do português brasileiro.

A temática em discussão foi desenvolvida sob a perspectiva de uma pesquisa analítico-comparativa dos Complementos Verbais Indiretos das respectivas línguas. A análise seguiu um viés contrastivo, de acordo com as prescrições das gramáticas estruturalistas contemporâneas.

O presente trabalho está composto por dois capítulos, o primeiro intitulado “A Formação da Língua Espanhola e Portuguesa”, e divide-se em oito tópicos. O tópico inicial faz menção à “Formação da Língua Espanhola”, desde o surgimento, o período de transição, o caráter de idioma oficial e a sua importância nos dias de hoje. O segundo refere-se ao “Espanhol da América”, não distinto totalmente do peninsular; nesta parte nota-se como a língua espanhola desenvolveu-se na América. O tópico três relata o surgimento ou a “A Formação do Português”, partindo também de uma perspectiva histórica.

O quarto tópico aborda a “Formação do Português Brasileiro”, apontando as influências sofridas por causa da mescla com outros idiomas. O quinto aponta os primeiros e mais importantes gramáticos das línguas espanhola e portuguesa. O sexto tópico por sua vez ressalta o conceito de gramática e sua função para alguns gramáticos. Além disso, o sétimo faz alusão à estrutura e à organização da gramática espanhola e portuguesa (Brasil). O último tópico do capítulo traz o conceito de sintaxe, adentrando-se especificamente aos tipos de complementos verbais.

O capítulo dois diz respeito aos complementos indiretos nas línguas espanhola e portuguesa. De início há um comentário dos respectivos complementos das duas línguas. Na sequência, foi feita uma comparação entre os principais aspectos dos objetos indiretos das línguas em estudo.

Ademais tal capítulo divide-se em cinco tópicos: o primeiro revela a classificação dos complementos indiretos conforme a língua portuguesa; e o segundo faz menção aos termos da oração que podem ser confundidos com o objeto indireto português. O terceiro ponto está focado nos complementos indiretos em espanhol e suas diferenças em relação aos do português. Os dois últimos tópicos fazem alusão à duplicação dos objetos indiretos e também sobre a relação entre o complemento indireto e direto no período oracional.

1. FORMAÇÃO DAS LÍNGUAS ESPANHOLA E PORTUGUESA

1.1 A Formação da Língua Espanhola

Acredita-se que o processo de formação da língua espanhola percorreu cerca de mil anos sob as influências de povos colonizadores que surgiram de diversas regiões e migraram para a Península Ibérica. Há três períodos importantes a serem destacados dentro do processo de formação da língua espanhola, são estes: o período *pré-romano*, o *romano* e o *pós-romano*.

O período *pré-romano* corresponde à situação ocupacional da Península Ibérica antes da chegada dos romanos. Nessa ocasião, uma quantidade considerável de povos já habitava a região, a exemplo dos iberos, celtas, bascos, fenícios, cartagineses entre outros. Essas populações estavam espalhadas por todas as partes da Península e cada uma possuíam suas próprias culturas e idiomas. Estes eram de suma importância para o processo de desenvolvimento econômico e político entre os povos da época. Com a invasão dos romanos, por volta de 218 a. C., boa parte da população foi dominada e tomada como escrava, e assim parte do conjunto cultural e principalmente linguístico dos povos pré-romanos foi desfeita, dando início ao período de dominação romana.

Esta dominação foi, portanto, marcada pela mescla cultural e linguística entre os idiomas dos povos que já existiam na região e o latim, a língua oficial dos romanos. O Império romano instituiu novas políticas, novas leis, administração e principalmente o idioma, esse processo ficou conhecido por *romanização*. De acordo com história, a romanização não foi tão acelerada, porém suficiente para devastar muitas culturas e línguas. No entanto, conforme Rafael Lapesa, a dominação romana nem sempre foi baseada no uso da força, pois

Con la civilización romana se impuso la lengua latina, importada por legionarios, colonos y administrativos. Para su difusión no hicieron falta coacciones; bastó el peso de las circunstancias: carácter de idioma oficial, acción de la escuela e del servicio militar, superioridad cultural y convivencia de emplear un instrumento expresivo común a todo el Imperio (LAPESA, 1997, p.56). *

Conforme a citação, a civilização romana encarregou-se de propagar o idioma latino de maneira gradual e eficaz. Os romanos impuseram sua língua de modo estratégico, priorizando sua cultura à dos povos existentes na Península. Além disso, tornaram o ensino do latim de caráter oficial nas escolas, propagaram sua língua por meio das forças militares, etc.

* Com a civilização romana foi imposta a língua latina, importada pelos legionários, colonos e a administrativos. Para sua divulgação não houve maiores repertórios; o peso das circunstâncias era o bastante: carácter de língua oficial, ação da escola e serviço militar, superioridade cultural e convivência de empregar um expressivo instrumento comum a todo o Império (LAPESA, 1997, p. 56). [tradução nossa]

A expansão do referido idioma tomou proporções maiores, a ponto de causar o desaparecimento das línguas primitivas. Sobre isso, e ainda de acordo com Lapesa:

La desaparición de las primitivas lenguas peninsulares no fue repentina; hubo un período de bilingüismo más o menos largo, según los lugares y estratos sociales. Los hispanos empezarían a servirse del latín en sus relaciones con los romanos; poco a poco, las hablas indígenas se irían refugiando en la conversación familiar, y al fin llegó la latinización completa (LAPESA, 1997, p. 56). *

O espanhol, portanto, deriva em parte desse processo de latinização imposto pouco a pouco aos povos nativos da Península Ibérica. Os romanos difundiram seu idioma em dois pontos fundamentais o jurídico e o religioso. Foi através deste último, por meio da religião cristã, que língua latina teve a oportunidade de tornar-se universal, pois o a Igreja Católica influía diretamente nas camadas mais pobres da sociedade. Sobre isso Lapesa afirma que:

Conseguida la unificación jurídica, faltaba la espiritual. No bastaba el culto al emperador como símbolo de unidad suprema. Se sentía el ansia de una comunicación universal, y el cristianismo vino a traerla como buena nueva; enseñaba la existencia de la vida interior, desdeñaba las grandezas terrenas, equiparaba el alma de hombre libre y la del esclavo y abrazaba a toda la humanidad redimida, por encima de los límites del estado (LAPESA, 1997, p. 65). **

Durante o período de romanização na Península, os romanos buscaram todos os argumentos para o sucesso de sua conquista, inclusive dos meios religiosos para a propagação do latim. De acordo com Rafael Lapesa: “El cristianismo ayudó eficazmente a la completa latinización de las provincias. Muchos del vasco se deben indudablemente a las enseñanzas eclesiásticas. En los romances, la influencia espiritual del Cristianismo ha dejado innumerables huellas” (LAPESA, 1997, p. 65). As influências cristãs, deixaram marcas, porque parte dos ensinamentos religiosos eram realizados em latim.

O Império Romano dominou a península por muitos anos, porém, entrou em decadência, dando-se assim início ao período denominado *pós-romano*, um dos períodos essenciais na definição ou formação do idioma espanhol atual. Este período (pós- romano)

*O desaparecimento das línguas peninsulares primitivas não foi repentino; Houve um período de bilinguismo, mais ou menos longo, de acordo com lugares e estratos sociais. Os hispânicos começariam a fazer uso do latim nas suas relações com os romanos; pouco a pouco, o discurso indígena iria se refugiando na conversação familiar, e finalmente veio a latinização completa (LAPESA, 1997, p. 56). [tradução nossa]

** Tendo em vista a unificação jurídica, faltava a espiritual. Não bastava o culto ao imperador como símbolo de unidade suprema. Havia a necessidade de uma comunicação universal, e o Cristianismo veio para trazê-la como boas notícias; Ele ensinou a existência da vida interior, desprezando as grandezas terrenas, comparando a alma do homem livre e o escravo e abraçava toda a humanidade redimida, acima dos limites do estado (LAPESA, 1997, p. 65). [tradução nossa]

surge, portanto, com a queda do Império Romano e a invasão de outros povos, considerados bárbaros, tais como os germanos, os vândalos e pelos visigodos.

A invasão bárbara dá-se por volta do século V. d. C a várias regiões da Península Ibérica, os povos bárbaros alteraram consideravelmente o processo linguístico implantado pelos romanos, contribuindo assim para a formação do idioma espanhol. Em relação ao latim e as línguas bárbaras, Lapesa destaca que “En la época de las invasiones fueron muchas las palabras germánicas que entraron en el latín vulgar” (LAPESA, 1997, p. 112)*, assim muito do vocabulário bárbaro passou a compor o latim vulgar falado na época, e muito do latim também tornou parte da cultura bárbara.

Sobre isso, Rafael Lapesa reforça dizendo que “Al constituirse los estados bárbaros hubo en todos los aspectos de la vida un cambio esencial, debido en gran parte a la implantación de instituciones germánicas. Ese cambio se refleja en el vocabulario romance” [...] (LAPESA, 1997, p. 113-114).** O *romance* mencionado na citação surgiu por meio da relação entre o linguajar dos bárbaros e o latim vulgar, com o objetivo de atender as necessidades de comunicação entre os povos e suas diversificadas línguas. O conceito de romance na verdade marca um período de transição do latim à formação de outras línguas, pois é a partir desse romance que nasceram línguas como o espanhol, o português, o francês entre outros.

Além dos germanos outros povos bárbaros se encarregaram, no decorrer da história, de acrescentar ao vocabulário espanhol novas palavras, como, por exemplo, os árabes. Os distintos povos de religião muçulmana foram os últimos a migrarem para Península Ibérica e passaram cerca de oitocentos anos na região. Conforme Rafael Cano Aguilar: “La entrada de los musulmanes (árabes, sirios y beréberes) en la Península, a la que conquistaron con inusitada rapidez y en la que instalaron una nueva organización, vino a romper radicalmente con todo el desarrollo histórico anterior” (AGUILAR, 1992, p. 43).*** As transformações ocorridas através da presença dos muçulmanos foram rápidas no tocante à cultura e à ocupação territorial, no entanto refletiram-se ainda mais no que se refere à língua romance.

*Na época das invasões muitas palavras germânicas entraram no latim vulgar (LAPESA, 1997, p. 112). [tradução nossa]

**Ao instituir-se os estados bárbaros houve mudanças essenciais em todos os aspectos da vida, em grande parte devido à implantação de instituições germânicas. Essa alteração refletiu no vocabulário romance [...] (LAPESA, 1997, p. 113-114). [tradução nossa]

***A entrada dos muçulmanos (sírios, árabes e beberes) na península, que foi com velocidade incomum e que criou uma nova organização, veio a romper radicalmente com o desenvolvimento histórico anterior (AGUILAR, 1992, p. 43). [tradução nossa]

O tempo em que os muçulmanos passaram em domínio do território peninsular proporcionou grandes influências linguísticas, principalmente no vocabulário, tanto que uma quantidade considerável de palavras de origem árabe está entranhada no vernáculo de quase todos os idiomas da península: o espanhol, o português etc. Conforme Rafael Lapesa “El elemento árabe fue, después del latino, el más importante del vocabulario español hasta el siglo XVI. Sumando el léxico propiamente dicho y los topónimos, no parece exagerado calcular un total superior a cuatro mil formas” (LAPESA, 1997, p. 113).* Em sua totalidade a língua sofreu muitas influências linguísticas, e a formação desta ocorreu, portanto, à medida que cada povo se posicionava como dominador do território espanhol desde a Antiguidade.

A instituição do espanhol como língua oficial se intensificou por volta do século XVI com o movimento denominado “La reconquista”. Este acontecimento foi marcado pela a revolta dos nativos iberos, contra o domínio dos colonizadores, principalmente os árabes. Os visigodos queriam restaurar seu antigo império, dizimado pelos muçulmanos. Durante todo esse processo de reconquista, não havia a noção de Espanha como um país unificado, pois o que existia na Península era um conjunto de pequenos reinos independentes, entre os quais se destacaram: Castela, Leão, Aragão, Navarra e Granada. Foi a partir da unificação desses reinos que houve a expansão dos colonizadores muçulmanos.

A unificação dos reinos ocorreu de forma gradual, primeiro o rei Fernando I de Aragão se casou com a rainha Isabel de Castela, e este matrimônio causou a união dos dois maiores reinos até então. Essa união, portanto, concentrou maior parte das atenções a Castela e é daí que deriva o primeiro termo dado ao idioma espanhol, o castelhano. Segundo Rafael Cano Aguilar:

El castellano es una de las varias lenguas romances, románicas o neolatinas, surgidas del latín: en su origen no debió de ser sino una más de las variantes dialectales que esa lengua importada adquirió en ciertas zonas y entre ciertos hablantes de la Península Ibérica y que, al ir desarrollando y consolidando sus rasgos propios, acabó siendo una entidad lingüística suficientemente diferenciada (AGUILAR, 1992, p. 12).**

*O elemento árabe foi, depois do latim, o vocabulário espanhol mais importante até o século XVI. Somando um léxico propriamente dito e nomes de lugares, não é exagerado calcular um total superior a quatro mil palavras (LAPESA, 1997, p. 113). [tradução nossa]

**O castelhano é um dos vários idiomas romance, românicos ou neolatinos, decorrentes do latim: originalmente não deve ter sido um dos dialetos que importada língua adquirida em determinadas áreas e entre certos oradores da Península Ibérica e que, para desenvolver e consolidar suas próprias características acabou por ser uma entidade linguística suficientemente diferenciada (AGUILAR, 1992, p. 12). [tradução nossa]

De acordo com o que foi citado, o castelhano (espanhol) tomou importância por substituir o árabe e o latim tanto no labor diário quanto no uso jurídico, administrativo, religioso, etc. Dessa forma, logo após a unificação ficou a grande dúvida sobre qual seria o dialeto oficial da recém-criada Espanha. Como Castela era a mais influente e possuía maior representatividade, era natural que o dialeto castelhano se sobrepusesse aos demais. Essas características foram suficientes para a aprovação do Castelhano/Espanhol como língua oficial da Espanha.

À medida que os reinos peninsulares se uniam para expulsar os mouros, surgia também a oportunidade de expansão comercial e política, o que gerava a necessidade de um nome único para o novo estado. Os vários reinos unidos não permitiriam que o novo país se chamasse Castilha nem Aragão, logo era importante achar um nome neutro que agradasse a todos. Foi desse intento que surgiu o termo “Espanha”, terminologia dada há quase mil anos pelos romanos para designar a Península Ibérica.

Os processos de câmbios históricos citados foram, em boa parte, responsáveis pela evolução da língua como idioma independente. É importante destacar que as primeiras aparições escritas em espanhol, segundo Rafael Lapesa, se deram por meio de textos religiosos, chamados de Glosas (primeiros vestígios de latim vulgar), por volta do século XI e se expandiram a partir do século XII por meio dos registros de outros documentos como, por exemplo, os códigos de leis e os contratos comerciais. É o que afirma Rafael Cano Aguilar:

La presencia del romance castellano se da, en progresión creciente desde el s. x, en los documentos, de tipo jurídico: privilegios y fueros reales y nobiliarios, contratos de compra y venta, etc., hasta arrinconar el latín a meras fórmulas estereotipadas en los documentos de finales del XII. En la centuria siguiente el uso del romance castellano se consagrará, ya sólo en este tipo de textos, sino en casi cualquier otro (AGUILAR, 1992, p. 13).*

O idioma espanhol, portanto, desenvolveu-se à medida que foram surgindo escritos de determinados aspectos registrados pelos povos da região. Alguns acontecimentos históricos como, por exemplo, a descoberta da América por Cristóvão Colombo trouxeram para a Espanha muitas vantagens econômicas, principalmente no que diz respeito à expansão de territorial e também linguística. Os benefícios proporcionados à Espanha através das riquezas extraídas da América geraram avanços em diversos aspectos na evolução linguística

*A presença do romance castelhano ocorre, em crescente progressão desde o século X, nos documentos jurídicos do tipo: privilégios e jurisdições de nobreza, contratos de compra e venda etc., até encurrular o latim a meras fórmulas estereotipadas em documentos no final do século XII. No século seguinte o uso do romance castelhano se voltou, não só neste tipo de textos, mas praticamente qualquer outro (AGUILAR, 1992, p. 13). [tradução nossa]

espanhola, e um dos mais importantes refere-se à literatura, pois com esta o idioma tornou-se de fato universal.

O século de ouro da literatura espanhola foi fundamental para a língua, durante esse período houve grandes mudanças, inclusive na literatura, logo como língua e literatura caminham de “mãos dadas”, o idioma espanhol de certa forma refletiu as transições e evoluções da literatura deste século. Obras como: *El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha*, de Miguel de Cervantes, obra máxima da literatura espanhola, e a *Gramática da Língua Espanhola*, organizada por Antônio de Nebrija, o primeiro a compor uma gramática em espanhol, se encarregaram de propagar a língua espanhola.

Partindo de um viés histórico para a atualidade, pode-se dizer que o espanhol atualmente é o terceiro idioma mais falado no mundo (<<http://brasilecola.uol.com.br/espanhol/predominancia-da-lingua-espanhola.htm>>. 2017), e considerado a língua oficial de cerca de vinte e um países e ainda possui grande influência econômica, cultural e artística, entre outras. Em resumo, o espanhol é uma língua cuja evolução parte do latim e se desenvolveu ao longo do tempo por meio de interferências de outras línguas e fatos históricos.

1.2 O Espanhol da América

A língua espanhola, de acordo com a história, expandiu-se por outros territórios que não os da península, a exemplo disso podemos citar o espanhol da América. O processo de formação das línguas, historicamente segue o viés de expansão territorial e do processo de colonização. Dessa forma, uma das primeiras imposições do colonizador ao colonizado é a língua. Considerando que as línguas de ambos (colonizador/colonizado) sofrem interferências, surge daí novas variantes. Como exemplo disso tem-se o português brasileiro, uma extensão do português da província, e o espanhol da América, derivado do espanhol europeu.

As variações linguísticas na América surgiram a partir das explorações de novos territórios por parte das potências europeias, principalmente Portugal e Espanha. O francês também tem um bom registro no norte, nas Antilhas e na Guiana Francesa, mas não se compara, em número de falantes, as potências citadas acima. A colonização, especificamente pelos espanhóis, não foi pacífica na América, boa parte da população indígena que habitava as regiões do México e Peru, segundo historiadores, foi dizimada e os sobreviventes que restaram pouco conservaram de suas culturas e línguas. Conforme o artigo “Navegando na História”:

A chegada dos europeus mudou completamente a vida dos nativos que conseguiram sobreviver à matança executada pelos espanhóis, sobretudo por Pizarro. A partir da conquista e ocupação, estabeleceu-se então um sistema de organização administrativa que visava o controle direto da Espanha sobre a colônia espanhola (HISTÓRIA EM FOCO - HISTÓRIA GERAL, 2011).

A preocupação dos colonizadores espanhóis na América dava-se simplesmente com os interesses da Espanha e não com os povos ameríndios encontrados na colônia. É importante destacar dois nomes de representantes espanhóis responsáveis pela colonização do México e Peru, principais pontos da violência espanhola. O primeiro corresponde a Hernán Cortes que, por volta de 1519, foi responsável pela “conquista” do Império Asteca, localizado no que hoje se conhece como México; e o segundo diz respeito a Francisco Pizarro, o qual, alguns anos depois de Hernán Cortes, dominou o Império Inca, localizado no atual Peru. Esses dois momentos da colonização são uns dos mais estudados em relação à expansão territorial da Espanha, pois de certa forma, impulsionaram o domínio espanhol na América.

A língua espanhola chegou, portanto, à América através do processo de colonização, e à medida que os invasores iam ganhando espaço, o idioma espanhol se miscigenava com as diversas línguas já existentes na região, dando assim origem ao espanhol crioulo, isto é, um espanhol que sofre fonética, ortográfica e sintaticamente influências das milhares de línguas dos povos ameríndios. Por isso diz Rafael Lapesa que “El español de América es una lengua extendida por la colonización; y ésta se inició cuando el idioma había consolidado sus caracteres esenciales y se hallaba próximo a la madurez” (LAPESA, 1997, p. 535).

Apesar de a língua espanhola já se encontrar bem estruturada e orgulhosa de si mesma, não foi possível evitar a miscigenação, esta passou por um processo similar ao latim com os idiomas pré-românicos. O espanhol da América é, portanto, heterogêneo, devido a grandes contribuições culturais, vindas por parte dos colonizadores e também pelos colonizados. Conforme Lapesa:

[...] lo llegaron a indias gentes de abigarrada procedencia y desigual cultura; en la constitución de la sociedad colonial tubo cabida el elemento indígena, que, o bien aprendió la lengua española, modificándola en mayor o menor grado según los hábitos de la pronunciación nativa, o conservó sus idiomas originarios, con progresiva infiltración de hispanismo; durante más de cuatro centurias, la constante afluencia de emigrados ha introducido innovaciones; y si la convivencia ha hecho que regionalismo y vulgarismo se diluyan en un tipo de expresión hasta cierto punto común, las condiciones en que todos estos factores han intervenido en cada zona de Hispanoamérica han sido distintas e explican los particularismo (LAPESA, 1997, p. 535-536).*

* [...] Chegaram às índias gentes de variadas origens e diferentes culturas; na Constituição da sociedade colonial foi envolvido o elemento indígena, que, bem aprendeu a língua espanhola, modificando-a em maior ou menor

Além das intermediações culturais na formação do espanhol da América, a literatura também teve grande contribuição nesse processo, pois nomes como o Inca Gracilaso, Juan Inés de la Cruz entre outros, foram importantes autores que destacaram com suas obras, a variante.

Com relação ao vocabulário da língua espanhola na América houve consideráveis alterações, tantas que chamaram a atenção de grandes estudiosos desse continente, um dos mais conhecidos foi Andrés Bello, o qual, com sua obra *Indicaciones sobre la Conveniencia de Simplificar la Ortografía en América*, marcou época no estudo do espanhol crioulo (é chamado crioulo as adaptações de uma língua da Europa por falantes de línguas distintas). A referida obra tinha por intuito solucionar os possíveis “problemas” existentes entre a escrita e a pronúncia do espanhol hispanoamericano. O espanhol da América em sua generalidade é uma extensão do europeu e possui hoje particularidades que de algum modo enriqueceram o seu vocabulário.

1.3 A Formação do Português

O Português é uma língua neolatina assim como o espanhol. Tal língua é falada atualmente em diversas regiões e é também o resultado de influências linguísticas ocorridas no decorrer da história. Visto dessa maneira é importante conhecer seu processo de formação, o qual, se comparado ao da língua espanhola, pode apresentar semelhanças e discrepâncias consideráveis.

A formação da língua portuguesa está, de certa forma, ligada à consolidação de Portugal como Estado independente. Sabe-se que depois da invasão romana no século II a. C, as regiões da Lusitânia (atual Portugal) e Hispânia (atual Espanha), ambas pertenciam à Península Ibérica, mas ainda não eram consideradas estados especificamente distintos, ou seja, não havia separação entre Portugal e Espanha.

Durante a Idade Média, as intensas invasões mulçumanas, causaram nos povos de origem visigoda o interesse de reconquistar as regiões tomadas pelos invasores. Os próprios visigodos eram originalmente invasores, pois tomaram à força a região dos antigos romanos e

grau, conforme os hábitos da pronúncia nativa, ou conservou suas línguas originais, com infiltração progressiva de hispanismo; Há mais de quatro séculos, o constante afluxo de migrantes introduziu inovações; e se a convivência tem feito esse regionalismo e vulgarismo serem diluídos em um tipo de expressão na medida comum, as condições em que todos esses fatores intervieram em cada área da Hispanoamérica foram diferentes e explicam os particularismos (LAPESA, 1997, p. 535-536). [tradução nossa]

viveram nela por cerca de 500 anos. No entanto, foram expulsos do centro da península e obrigados a viver na faixa norte do território peninsular, região montanhosa e que pouco interesse de conquista causava aos novos conquistadores. A reação visigoda denominada “a reconquista” teve seu último ato com a caída do reino de Córdoba a mando dos reis católicos Fernando I de Aragão e Isabel de Castela. A partir desse período de reconquista é que se instituem os estados português e espanhol.

Os territórios peninsulares, que haviam sido invadidos pelos árabes por cerca de sete séculos, foram reconquistados aos poucos pelos reis católicos, os quais foram responsáveis também pela união dos vários reinos que existiam na península, desses destacam-se os reinos de Leão, Castela, Navarra e Granada. Deve-se lembrar de que esse período era feudal, ou seja, havia suseranos e vassalos. Os reis eram os maiores suseranos e costumavam doar terras para os guerreiros que se destacavam nas batalhas, principalmente nas Cruzadas contra os muçulmanos do Oriente Médio ou contra os muçulmanos que tentavam invadir e tomar a Europa. Assim, a cada retomada territorial, fundavam-se os chamados condados e com isso estipulavam um representante de confiança do rei para comandar determinada região.

Portugal surgiu, portanto, da conquista e da formação de um desses condados (condado portugalense). A princípio, a administração do condado portugalense foi dada como um presente do rei de Leão a D. Henrique de Borgonha, como forma de agradecimento por sua contribuição nas batalhas de reconquista. D. Henrique trabalhou intensamente pela autonomia de seu território, no entanto, somente no comando de D. Afonso Henriques (filho de D. Henrique de Borgonha), foi que Portugal teve autonomia total, tornando-se independente em 1139. O fortalecimento do estado português se intensificou a partir da chamada Expansão Marítima (século XVI), na qual os portugueses tinham objetivos de expandir suas economias por meio do comércio em outras partes do mundo.

Os negócios voltados para as atividades ultramar iam bem, com isso muitos portugueses, atraídos pelo lucro, fizeram investimentos em grandes navegações, e assim Portugal tornou-se uma potência nas atividades exploratórias em alto mar, chegando ao ponto de conquistar para si outros territórios. Portugal desenvolveu-se de modo acelerado e considerável em vários aspectos: políticos, econômicos e, principalmente, no que corresponde à formação de um idioma oficial, neste caso o português.

O atual idioma português não surgiu diretamente do latim, pois é uma vertente do galego-português, língua que deriva das influências do latim vulgar e da miscigenação das línguas dos povos pré-romanos e pós-romanos. O galego-português era o idioma da Galícia e

do condado portugalense. Durante o período de expansão da Península Ibérica, segundo Maria Cecília Garcia:

Dessa unidade linguística surgiria o novo idioma, fruto de uma diferenciação progressiva entre o galego e o português, que, acredita-se, culminou no século XIV, quando os dois se separaram definitivamente, passando, assim, a constituir idiomas independentes (GARCIA, 2003, p. 11).

A nomenclatura galego-português permaneceu por um bom tempo referindo-se aos dois idiomas, entretanto, a partir dos avanços políticos e econômicos ocorridos no decorrer da independência das regiões que hoje correspondem a Portugal e a Galícia, as línguas tomaram outra proporção e, então, houve a separação entre galego e português.

Os documentos que comprovam os primeiros escritos com traços da língua portuguesa dentro de textos em latim são de aspectos, oficiais e literários, encontrados cerca do século IX. Os de aspectos oficiais surgiram à medida que os documentos jurídicos foram deixando de ser escritos em latim, e são representados por papéis de transações comerciais ou de compra e venda, como, por exemplo, *o Testamento de D. Afonso II (1214)*, *Auto de Partilhas (1192)*, *Pequeno Testamento (1193)* e outros documentos de cunho tabeliônicos.

Os escritos literários também foram muito importantes nos primeiros registros da língua portuguesa, a exemplo tem-se a *Cantiga a Ribeirinha*, obra de 1198, escrita ainda em galego-português, provavelmente por Paio Soares de Taveirós. E, principalmente, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, publicada em 1572. Esta obra possui grande importância para a língua, pois exalta os feitos e o heroísmo dos portugueses durante a Expansão Marítima.

As muitas influências na formação da língua portuguesa, conseqüentemente, propiciaram um léxico diversificado dentro do idioma. Segundo Joaquim Matoso Câmara (1979), o português está dividido em dois períodos: o arcaico (século XV) e o moderno. O primeiro corresponde a escritos mais voltados ao latim literário do início da dominação romana, e o segundo período (século XVI) está marcado pela organização do léxico desta nova língua, por meio das primeiras gramáticas do português, principalmente pela escrita por Fernão de Oliveira.

O português expandiu-se por outros territórios através das explorações marítimas da coroa portuguesa, por volta do século XV. Conforme Ulisses Infante,

[...] as navegações portuguesas iniciaram um longo processo de expansão linguística. Durante alguns séculos, a língua portuguesa foi sendo levada a várias regiões do planeta por conquistadores, colonos e emigrantes (INFANTE, 2001, p. 27).

A África é um dos continentes que ainda hoje apresenta um bom número de países, os quais possuem o idioma português como língua oficial. Segundo Maria Cecília Garcia (2003) a língua portuguesa é falada em cinco países africanos que foram colônias dos portugueses, são estes: Cabo Verde, Ilhas e São Tomé e Príncipe, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Este feito ainda segundo a autora faz da língua portuguesa uma das mais faladas do mundo (a quinta língua mais falada).

Além disso, parte da América foi alvo da colonização portuguesa e da implantação de sua língua de origem. O português, portanto, em contato com as línguas nativas americanas, não diferente do contato com as línguas africanas, passou mais uma vez por um período de transição, e assim surgiu outra ramificação do idioma, o português brasileiro.

1.4 O português Brasileiro

A língua portuguesa, de início, teve certa dificuldade em propagar-se na América, devido à força de algumas línguas nativas, em especial o Tupi. As tribos Tupis eram numerosas. No entanto, com a chegada dos jesuítas, os quais de alguma forma catequizaram esses povos e aprenderam também do idioma nativo, foi possível o começo de um intercâmbio linguístico de grandes proporções. A influência foi recíproca.

À medida que os portugueses iam expandindo seus domínios territoriais, a língua portuguesa, misturava-se com as línguas dos povos ameríndios do território recém-descoberto, e, assim, dessa mescla linguística novos termos foram acrescentados ao português peninsular. Conforme Joaquim Matoso Câmara,

Os dialetos que falavam, foram aprendidos pelos brancos, e daí se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contato com os Portugueses (CÂMARA, 1979, p. 27).

Essa “língua geral de intercurso” (tupinambá) mencionada na citação foi fundamental para atender aos interesses portugueses no período de colonização, pois proporcionava comunicação entre os povos de origem, e assim um possível avanço aos lugares desconhecidos que podiam trazer benefícios para a coroa portuguesa. Em consequência disso, a meados do XVIII, o Tupi era a língua que mais crescia no Brasil, a ponto de ameaçar a hegemonia do português.

Visto que a língua nativa poderia tomar maiores proporções, os portugueses começaram a estabelecer seu idioma como oficial em terras americanas. As estratégias que estes usaram a fim de priorizar a língua portuguesa e tentar proibir o Tupi foram bem

articuladas. Dentre essas estratégias pode-se destacar a criação de escolas, dando ênfase ao ensino do português; além disso, a divisão dos estados e as imigrações em solo brasileiro também contribuíram muito na propagação do português como língua oficial.

O português brasileiro recebeu influências linguísticas proporcionadas por diversos povos, como, franceses, espanhóis, árabes e principalmente pelo grande fluxo de escravos trazidos da África, e etc. Talvez por esse motivo, o português brasileiro possua em seu vocabulário um léxico tão diversificado.

1.5 Os Primeiros Gramáticos da Língua Espanhola e Portuguesa

Durante os processos de transição do latim para o romance, tanto da língua espanhola quanto da língua portuguesa, não houve preocupação em estabelecer normas ou regras para a escrita de ambas as línguas. Somente a partir do século XV que buscou-se organizar o léxico das referidas línguas. A partir disto, que surgiram os primeiros gramáticos, os quais trabalharam as línguas romances como organismo distinto do latim.

Na língua espanhola, o gramático que marca esse processo chama-se Antônio de Nebrija, o qual trabalhou por classificar as classes de palavras e a sintaxe que correspondem à gramática da língua espanhola moderna. Nebrija (1441-1522), natural de Lebrija em Sevilla, estudou a princípio Humanidades em Salamanca, concluindo seus estudos na Universidade de Bolonha na Itália. Nos anos seguintes, tornou-se professor de gramática em Salamanca (1473), aprimorando assim seus conhecimentos em sua principal área de estudo (a gramática). Seu intuito principal foi analisar a evolução do latim por meio de estudos gramaticais. De início seu trabalho correspondeu à elaboração de uma gramática latina, o que, devido ao “sucesso” obtido, deu origem, em 1492, à primeira Gramática Castelhana. Segundo Rafael Lapesa:

Pertrechado de sólidos conocimientos humanísticos, Nebrija los aprovecha para desentrañar el funcionamiento de nuestro idioma; su clarividencia le hace observar los rasgos en que el castellano difiere del latín, y así son pocas las ocasiones en que le atribuye clasificaciones o accidentes inadecuados. Gusta de aplicar a la terminología gramatical palabras netamente castellanas, [...] (LAPESA, 1997, p. 288).*

*Equipado de sólidos conhecimentos humanísticos, Nebrija aproveita-los para desvendar o funcionamento da nossa língua; sua clarividência o faz ver os traços em que espanhol difere-se do latim, e então há poucas ocasiões em que atribui classificações ou acidente inadequados. Como aplicar à terminologia gramatical palavras claramente castelhanas [...] (LAPESA, 1997, p. 288). [tradução nossa]

Nebrija foi, portanto, o primeiro gramático a se preocupar com a formação do idioma castelhano/espanhol, a partir da perspectiva de língua e escrita. Os interesses do gramático, ainda segundo Lapesa, davam-se, principalmente, com o objetivo de criar normas ou estruturas (morfológicas, sintáticas, fonéticas, etc) para valorizar ou fixar o novo idioma, que distanciara do latim. Conforme uma saudação de Antônio de Nebrija (*Gramática Castellana*) à rainha Isabel:

A la mui alta e assi esclarecida princesa doña Isabel, la tercera deste nombre, reina i señora natural de España e las Islas de Nuestro Mar. Comiença la gramatica que nuevamente hizo el maestro Antonio de Lebrixa sobre la lengua castellana. E pone primero el prologo. Leelo en buen hora. (NEBRIJA, 1931, p. 19) **

Era possível perceber muitas semelhanças do vocabulário espanhol falado atualmente. Além de este trecho ser em parte dedicado a rainha Isabel, o gramático também põe em destaque sua obra, a qual corresponde à Gramática Castelhana. É importante destacar que a obra de Nebrija foi modelo para a elaboração de outras gramáticas, como a do francês, a do italiano etc.

Da mesma forma que Nebrija em relação ao espanhol, surgiu uma necessidade de catalogar, classificar e analisar a fundo o idioma português. O primeiro gramático da língua portuguesa foi Fernão de Oliveira, um dos nomes mais importantes no processo de construção linguística desse idioma. Fernão de Oliveira nasceu em Aveiro no ano de 1507 e foi um homem que ocupou diversas funções, sendo uma das mais importantes a elaboração da primeira gramática portuguesa, denominada por *Grammática da Lingoagem Portuguesa* em 1536. O gramático fez parte dos chamados autores quinhentistas ou renascentistas, os quais buscavam valorizar a língua vernácula nos anos de 1500.

Fernão de Oliveira, como tantos outros estudiosos da gramática da época, procurava elaborar sua obra através de um português mais distanciado do Latim, porém sem deixar de perceber a importância das influências de outras línguas. Para a realização de seu trabalho, o gramático português contou com contribuições advindas da gramática espanhola de Antônio de Nebrija. Além disso, havia, por parte de Fernão de Oliveira, uma preocupação não só com a análise dos textos escritos, mas também com a descrição fonética, os aspectos morfológicos e sintáticos da língua falada. Na obra de Fernão de Oliveira, como em outras do século XVI,

** A mui alta e iluminada princesa Doña Isabel, o terceiro deste nome, rainha e senhora natural da Espanha e as Ilhas do Mosso Mar. Começa a gramática que novamente fez o Mestre Antonio de Lebrija, em língua espanhola. E colocar em primeiro lugar o prólogo. Lê-lo em tempo útil (NEBRIJA, 1931, P. 19). [tradução nossa]

foram necessárias algumas adaptações de aspectos fonológicos, pois o sistema de fonologia presentes nas línguas românicas era distinto do correspondente latino.

Após a publicação da gramática de Fernão de Oliveira, outros três gramáticos foram de grande importância para a língua portuguesa, são estes: João de Barros, com “A Gramática da Língua Portuguesa” (1540), Gândavo (1574) e Nunes de Leão (1595-1606), as obras destes autores abordaram alguns aspectos diferentes de Fernão dentro da gramática, porém atribuíram grandemente à construção da língua portuguesa, por meio de regras ou normas na língua.

Em relação a isso Joaquim Mattoso Câmara diz que: “Em referência à norma linguística, é no séc. XVI que ela começa a se organizar disciplinadamente, por meio das primeiras gramáticas (Fernão de oliveira, João de Barros, Duarte Nunes de Leão)” (CÂMARA, 1979, p. 18). À medida que as línguas espanhola e portuguesa tomaram proporções intercontinentais, foram surgindo novos gramáticos para atender às variações que partiram das respectivas línguas. Para o espanhol falado na América tem-se como gramático de grande importância Andrés Bello. Este destinou parte de seus estudos às variações do espanhol, com intuito de simplificá-lo.

No português brasileiro destaca-se Napoleão Mendes de Almeida, este também colaborou consideravelmente com formação do português falado no Brasil. No geral estes gramáticos foram importantes para o entendimento de um português e um espanhol crioulo, ou seja, idiomas mesclados por outras línguas, porém não distintos em absoluto de suas fontes europeias.

1.6 A Gramática

A gramática possui grande importância no estudo das línguas, sobre ela vale ressaltar duas origens principais. A primeira no oriente, mais especificamente na Índia com Panini, e a segunda no ocidente com os pré-socráticos, os retóricos, Aristóteles, Platão e os Alexandrinos. De acordo com Kaique Silveira:

As primeiras gramáticas sistemáticas se originaram na Idade do Ferro na Índia, com Yaska (VI a.C.), Pāṇini (IV a.C.) e seus comentadores Pingala (200 a.C.), Katyayana, e Patandjāli (II a.C). No Ocidente, a gramática surgiu como uma disciplina do helenismo a partir de III. a.C. com autores como Rhyanus e Aristarco de Samotrácia, a mais antiga obra existente sendo a Arte da Gramática (Τέχνη Γραμματική), atribuído a Dionísio, o Trácio (100 a.C.) (SILVEIRA, 2015, p.1).

A partir de suas origens a gramática propagou-se por diferentes ângulos. Panini desenvolveu os estudos gramaticais com o intuito de ensinar, enquanto sacerdote, os seus fiéis a pronunciar o livro de sua religião de forma apropriada. Já os gregos, criaram sua gramática com base no poema de Homero, o qual era considerado o idioma grego “correto”, a fim resgatar os valores de sua língua, principalmente no aspecto da escrita. Foram os gregos que dividiram pela primeira vez na língua escrita as dez classes gramaticais (<https://www.youtube.com/watch?v=PK0ntFprhWo>). Com o passar do tempo, os romanos também adequaram a gramática a sua língua, e assim ocorreram com as línguas oficializadas posteriormente, principalmente as descendentes do latim (português, espanhol, francês etc). Elas conseqüentemente buscaram adaptar a gramática aos seus idiomas, com suas variações.

Sobre o conceito de gramática, há várias definições, no geral ela é responsável pela organização de uma língua. De acordo com o Dicionário Aurélio a gramática [...] “é o estudo dos fatos da linguagem e das leis naturais que a regulam” (Ferreira, 2004, p. 438). A gramática, portanto, possui regras importantes para o desenvolvimento de uma língua e também para os falantes. Para Ángela di Tullio:

Precisamente la gramática es una construcción teórica diseñada para describir y explicar el funcionamiento del sistema lingüístico. Como tal, debe definir con precisión sus unidades de análisis, los criterios y metodología que va a emplear dentro de un marco conceptual coherente y, explícito. Este marco incluye un modelo sobre qué es el lenguaje humano, cómo se adquiere y de qué modo es usado por los hablantes de una cierta comunidad, supone establecer también principios generales de organización de las unidades, a los que se atienen todas las lenguas, y las características específicas de una lengua particular (TULLIO, 2010, p. 19).*

A gramática atua, portanto, como um instrumento fundamental no conceito de línguas, por diversos critérios. Em consequência disso, há várias concepções gramáticas, tais como as de aspectos comunicativo, gerativo, funcional, estrutural, descritivo, comparativo entre outros, dentre estes convêm destacar neste trabalho as estruturais e funcionais. Visto que o objetivo principal da presente pesquisa dá-se em compreender como está estruturado e como funciona, determinado elemento da gramática (os Complementos Indiretos) na língua portuguesa e espanhola, e assim contribuir com o aprendizado de falantes de uma Língua Estrangeira.

*Precisamente a gramática é uma construção teórica que visa descrever e explicar o funcionamento do sistema linguístico. Como tal, é necessário definir precisamente as suas unidades de análise, critérios e metodologia usada dentro de um quadro conceitual coerente e explícito. Essa estrutura inclui um modelo do que é a linguagem humana, como é adquirida e de que modo ela é usada pelos falantes de certa comunidade, supõem também estabelecer princípios gerais de organização das unidades, a que conformam-se todas as línguas, e as características específicas de um determinado idioma (TULLIO, 2010, p. 19). [tradução nossa]

Como mencionado no capítulo anterior, os processos de formação da Língua Espanhola e Portuguesa deram-se por uma miscigenação linguística. Isso proporcionou às gramáticas das respectivas línguas (português-espanhola) um léxico diversificado, porém similar no tocante à organização ou estrutura gramatical. O surgimento das gramáticas espanhola e portuguesa, por Nebrija e Fernão de Oliveira, foi fundamental para reforçar o conceito de Espanhol e Português enquanto idiomas oficiais e estabelecer os padrões para a língua falada e escrita.

1.7 Gramáticas: Língua Espanhola e Portuguesa (Brasil)

Nos assuntos que dizem respeito à gramática, há quem a estude de maneira detalhada no tocante às estruturas e outros em relação à função, independente de qual seja o idioma. Os primeiros buscam entender de forma analítica os elementos morfológicos e sintáticos, como se a língua tivesse uma lógica semelhante à aristotélica. Os seguidores dessa tendência enquadram-se na gramática estruturalista e prescritiva. Estruturalista porque buscam a lógica que une os distintos elementos linguísticos, prescritivos porque dizem que há apenas um modelo a seguir, sendo as demais variantes erradas. Por outro lado, há quem tente entender as diferentes partes de um idioma, mas percebe que as variações fazem parte da língua e não devem ser excluídas. O que ambos têm em comum é que acreditam que há uma lógica no sistema linguístico, no entanto as gramáticas de aspectos funcionalistas estão mais preocupadas com os mecanismos que garantem a comunicação e não em meramente prescrever o certo ou o errado linguístico.

Como consequência, cada país pode ter um ou mais métodos distintos de estudar e definir a sua gramática padrão, é o que ocorre entre as gramáticas das línguas mencionadas, pois elas podem diferenciar-se em sua maneira de classificação, nas suas nomenclaturas e também no modo de estudo (individual ou em conjunto). Entretanto em geral os elementos gramaticais são os mesmo para ambas as línguas (espanhol/português brasileiro).

A instituição que define as regras oficiais do idioma espanhol é a RAE (Real Academia Espanhola). De acordo com esta, a gramática da língua espanhola encontra-se assim estruturada: *fonética/fonología, semântica, morfologia, e sintaxis*. Os conceitos de fonética e fonologia na língua espanhola correspondem aos estudos dos sons da fala (fonética) e da organização linguísticas que compete à fonologia.

No que refere-se à *morfologia*, a gramática espanhola define-se como estudos das categorias ou estruturas das palavras separadamente, ou seja, corresponde à estrutura das

classes de palavras de modo independente e de forma isolada. Se por um lado a morfologia se encarrega de estudar as palavras separadamente, por outro, a *sintaxis* se incumbe de estudá-las de acordo com o relacionamento entre as palavras num período oracional.

Quanto à estruturação da gramática portuguesa, é bem parecida com a da espanhola, pois divide-se em: fonética e fonologia, morfologia e sintaxe, e seus conceitos correspondem também aos da gramática espanhola. Segundo Maria Cecília Garcia, a fonética/fonologia se encarregam do estudo do som da fala e seus respectivos significados, a morfologia busca compreender as classes de palavras de modo específico e a sintaxe as estuda por seus significados em conjunto, ou seja, na oração. Dentre tais classificações é interessante ressaltar a sintaxe, a qual é um dos focos deste estudo.

1.8 A Sintaxe

A sintaxe, de modo geral, define-se como o estudo das regras entre as classes de palavras presentes em uma oração. Por meio do estudo da sintaxe é possível perceber aspectos importantes na construção oracional independente de qual seja o idioma, pois, conforme La Nueva Gramática de la Lengua Española, “[...] la sintaxis, a la que corresponde el análisis de la manera en que se combinan y se disponen linealmente, así como el de los grupos que forman” (RAE, 2010, p. 04).^{*} A sintaxe é, portanto, de grande importância, pois proporciona um estudo mais aprofundado das classes de palavras junto ao processo de formação das frases e orações. Para Maria Cecília Garcia “Sintaxe é a parte da gramática que estuda as relações estabelecidas entre as palavras quando elas estão inseridas em orações, parágrafos e textos inteiros. Essas relações são de regência, concordância e de colocação” (GARCIA, 2003, p. 216).

Ainda de acordo com Garcia, a sintaxe do português, divide os termos da oração em três partes: os termos essenciais, correspondentes aos tipos de sujeito e predicado; os termos integrantes, e os termos acessórios, representados pelos adjuntos (adverbial e nominal). Além desta classificação, aparece o vocativo que muitas vezes é considerado como algo não pertencente à oração.

O que deve ser levado em consideração é justamente a classificação referente aos termos integrantes. Estes ajudam a concluir o sentido da oração, dando um significado completo ao enunciado. Os respectivos termos, de acordo com Maria Cecília Garcia, são

^{*} A sintaxe que corresponde à maneira em que são combinados e arranjados linearmente os grupos de palavras que se formam (RAE, 2010, p. 04). [tradução nossa]

compostos pelos complementos nominais e verbais, que, por sua vez, dividem-se em diretos e indiretos.

Em Língua espanhola, segundo *La nueva Gramática de la Lengua Española* da RAE, a sintaxe corresponde ao mesmo tipo de classificação da língua portuguesa. Os elementos gramaticais presentes na Sintaxe de ambas as línguas (espanhol e português) são iguais, no entanto o modo como estão organizados e denominados são diferentes. Entre os elementos comuns às Sintaxes dos dois idiomas, podem-se apontar os complementos verbais, principalmente o indireto, um dos mais importantes e complexos.

2. COMPLEMENTOS VERBAIS INDIRETOS

Os Complementos Verbais Indiretos apresentam algumas distinções e similaridades dentre as línguas espanhola e portuguesa, por esse motivo é interessante analisá-los de forma contrastiva a fim de entender se esses aspectos podem afetar o aprendizado dos falantes das duas línguas. O surgimento da análise contrastiva (AC) ocorreu por volta do século XIX, e se constitui da comparação dos elementos de determinadas línguas. Geralmente, a análise é usada na tentativa de compreender as relações existentes na estrutura gramatical entre duas línguas: uma Língua Materna (LM) e uma Língua Estrangeira (LE), e abrange todos os níveis (morfológico, fonético, semântico e sintático). Segundo Carolina Fernandes Alves:

A Análise Contrastiva surgiu por volta da década de 50 com o objetivo de estabelecer uma metodologia que prevenisse os erros de produção que os aprendizes cometiam na LE por meio de sua predição (Alves, 2011, p. 2).

É importante ressaltar que os estudos com a análise contrastiva consideram as interferências causadas pela língua materna como um meio de obtenção da aprendizagem de uma língua estrangeira. Visto que o procedimento de análise mencionada pode ser um subsídio no aprendizado de uma LE, vale considerá-lo como uma ferramenta de aquisição dos elementos da língua espanhola em contraste com a língua portuguesa. No quadro a seguir, é possível perceber as diferenças e similaridade entre os complementos espanhóis e portugueses:

Objeto indireto (Língua Portuguesa)	Objeto indireto (língua espanhola)
<p>Vem precedido por variadas preposições. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necesitamos <u>de</u> alimentos. • Comuniquei minhas conclusões <u>aos</u> meus colegas presentes (INFANTE, 2001, p. 441). 	<p>Vem antecedido apenas da preposição <u>a</u>. ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Visitaré <u>a</u> mis amigos en mis vacaciones.</i> • <i>¿Has encontrado <u>a</u> tus hermanos?</i>
<p>Pode equivocar-se com o objeto direto preposicionado e com o adjunto adverbial,</p>	<p>Também pode confundir-se com o objeto direto preposicionado e com o adjacente</p>

<p>devido o uso de preposições. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Amei <u>a</u> <u>ti</u> naquele momento. (objeto direto preposicionado) • Ele morreu <u>de</u> <u>sede</u>. (adjunto adverbial) 	<p>circunstancial (adjunto adverbial), devido o uso de preposição. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Vio <u>a</u> <u>la muchacha</u></i> (Objeto direto preposicionado) • <i>Puso dos macetas <u>a</u> <u>la puerta</u></i> (adjacente circunstancial) (LLORACH, 2008, p. 363- 361).
<p>Pode ser representado por um pronome pessoal oblíquo (tônico/átono). Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Expliquei-<u>lhe</u> o problema nos mínimos detalhes (GARCIA, 2003, p. 231). 	<p>Pode ser substituído por pronomes pessoais átono (Port. Pronomes oblíquos).</p> <ul style="list-style-type: none"> • - <i>¿Le diste el libro <u>a</u> Pablo?</i> - <i>Sí, <u>se</u> lo di ayer.</i>
<p>Pode vir em dobro em uma mesma oração, entretanto, nem sempre é comum e coerente. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A mim</u> também fazia-<u>me</u> de bobo (GARCIA, 2003, p. 232). <p>Obs: Não é comum a repetição do complemento indireto em português, porém quando ocorre denomina-se objeto indireto pleonástico.</p>	<p>Também pode ocorrer a duplicação através de pronomes complementos e é comum e coerente. Ademais pode ser obrigatório ou não. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • -<i>¿Cuándo <u>le</u> damos la noticia <u>a</u> <u>Maria</u>?</i> -<i>Mejor <u>dársela</u> después de cenar.</i>
<p>Geralmente está presente em uma mesma oração com o objeto direto e compartilha do mesmo verbo (bitransitivo). Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Entreguei</u> <u>a</u> <u>encomenda</u> <u>ao</u> <u>destinatário</u>. <p>- O verbo <i>entregar</i> é bitransitivo, pois</p>	<p>Quase sempre vem acompanhado do complemento direto e é natural. Ex:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Le</u> <u>dio</u> <u>un libro</u> <u>a</u> <u>su hermano</u>. <p>OI OD OI</p>

<p>na oração possui um complemento direto (a encomenda) e um complemento indireto (ao destinatário) que partilham do mesmo verbo.</p>	
<p>Possui classificação específica, por sua gramática padrão, mas os elementos são os mesmos. Classifica-se por complemento indireto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Substantivo • Pronome • Numeral • Palavra ou expressão substantivada • Oração subordinada substantiva. 	<p>Possui classificação específica por sua gramática padrão, no entanto os elementos são os mesmos. Classifica-se por complemento indireto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Destinatário</i> • <i>Experimentantes</i> • <i>Origen</i> • <i>Término</i>
<p>Diferencia-se do espanhol em pronúncia e escrita.</p>	<p>Diferencia-se do português em pronúncia e escrita.</p>
<p>Na linguagem escrita está sendo usada na ordem padrão sintática.</p>	<p>Na linguagem escrita também está sendo usada na ordem padrão sintática.</p>

Fonte: Juciani

As informações contidas no quadro apontam uma prévia da temática discutida com mais detalhes nos tópicos seguintes.

2.1 Os Complementos Verbais Indiretos em Português

Segundo a Nova Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha e Cintra (2008), os complementos verbais, possuem a função de complementar o sentido dos verbos transitivos diretos ou indiretos em uma oração. Estes complementos são comumente

chamados de objeto direto e objeto indireto. O objeto direto em regra, é definido quando o verbo transitivo direto não necessita do auxílio das preposições para a intermediação entre verbo e seu complemento na oração. Conforme os exemplos seguintes:

Comprarei os melhores livros de literatura.

VTD CD

Miguel encontrou duas moedas no caminho.

VTD CD

Nas orações acima, os verbos transitivos diretos “comprar e encontrar” necessitam de um complemento, pois sozinhos não conseguem garantir uma mensagem completa. Os complementos de tais verbos são “os melhores livros de literatura” e “duas moedas”, respectivamente. No entanto entre eles e seus complementos não há necessidade de nenhuma preposição.

Se por um lado o objeto direto não necessita das preposições para a construção de sentido entre um verbo e o complemento, o mesmo não ocorre com o *objeto indireto*. Ele é totalmente dependente das preposições para dar significado a uma oração. De acordo com Roberto Melo Mesquita o objeto indireto “é o termo que completa o sentido do verbo transitivo indireto (VTI), ao qual se liga com o auxílio de preposições” (MESQUITA, 1997, p. 409). O CI (Complemento Indireto) nas visões de Cunha (2008) e Cintra (2008), Garcia (2003) e Mesquita (1997), pode estar representado em uma oração por meio de: um substantivo, um pronome, um numeral, palavra ou expressão substantivada e uma oração subordinada substantiva. Esta classificação é distinta na língua espanhola, e isso pode interferir no aprendizado do espanhol por um falante do português brasileiro.

Os objetos direto e indireto possuem sempre como núcleo um substantivo ou uma palavra substantivada. Percebe-se isto no exemplo de Roberto Melo Mesquita:

“foi um desconhecido que trouxe, precisava muito de dinheiro” (1997, p. 409).

VTI OI

O verbo transitivo indireto “precisar” indica que há necessidade de algo para complementá-lo. Na frase esse algo refere-se ao “dinheiro” e entre o verbo e o objeto há uma preposição que é parte intrínseca do primeiro. Na maioria das vezes, o verbo “precisar” é

acompanhado da preposição independente do núcleo do objeto indireto. Alguém pode precisar de livros, precisar de roupa, precisar de um carro, etc, mas sempre o verbo virá com a preposição “de”. De fato o núcleo do objeto indireto o “dinheiro” é um substantivo, por isso denomina-se *objeto indireto substantivo*.

Este mesmo modelo ocorre com o objeto indireto em forma de *numeral*, representado ainda por Mesquita:

“Desconfio de ambas, pois sempre dizem mentiras” (1997, p. 410).

VTI OI

Do mesmo modo que o exemplo anterior, o verbo transitivo indireto “desconfiar” pede um complemento, o qual, na oração, corresponde a um numeral ou à palavra “ambas”, cujo sentido refere-se à quantidade de pessoas. Pelo mesmo viés, podemos destacar o *objeto indireto na forma pronominal*, ou seja, indicado por um pronome. Sobre isso Maria Cecília Garcia dá o seguinte exemplo:

“Ela me apresentou a eles” (2003, p. 231).

VTI OI

Percebe-se que, na oração citada, o verbo “apresentar” deixa entender que a pessoa mencionada foi apresentada a alguém e esse alguém é o objeto indireto, nesse caso indicado por meio do pronome pessoal “eles”. O núcleo do objeto indireto “eles” na oração é um pronome, daí a classificação de *OI pronominal*. Essa é uma das dificuldades dos brasileiros ao aprender o espanhol, pois a tendência do brasileiro é usar a forma descrita acima, enquanto que os nativos do espanhol preferem a forma sintética, ou seja, a substituição do objeto indireto “a eles” pelo pronome equivalente, no caso espanhol seria o “los”, ficando a frase assim: “Ella me los presentó”.

Com relação ao objeto indireto em forma de *palavras ou expressões substantivadas*, este ocorre quando o objeto indireto é representado por uma ou mais classes de palavras (verbo, numeral, adjetivo ou adverbio) que passam a ter o sentido de substantivo, ou tornam-se substantivadas, dentro do sistema oracional. É possível perceber isso no seguinte exemplo:

“Ansiávamos pelo apagar das luzes no palco” (MESQUITA, 1997, p. 410).

VTI OI

O verbo transitivo indireto, “ansiávamos”, destacado na oração aponta que, quem anseia, almeja por algo, e este algo é o “apagar das luzes”, um conjunto de palavras que na oração possui o sentido do substantivo “desligamento”.

Dentre as maneiras em que o objeto indireto pode estar representado na oração, pode classificar-se também como uma *oração subordinada substantiva* ou *objetiva indireta*, como no exemplo abaixo:

“Ansiávamos a que se apagassem as luzes no palco”.

Mesquita traz outro exemplo:

“Não me oponho a que você viaje” (1997, p. 410).

VTI OI

Neste período oracional, o objeto indireto está representado por uma oração subordinada substantiva, na qual tem o mesmo sentido ou função de um substantivo, é ela quem completa o verbo conjugado “oponho”, pois quem se opõe, resiste a algo e este refere-se à oração “que você viaje”. É interessante ressaltar que a oração considerada um objeto indireto depende da primeira estrutura oracional, afinal “Não me oponho” para ter sentido completo necessita do complemento “a que você viaje”. É por esse motivo que o objeto indireto apresentado nessa forma denomina-se *oração subordinada substantiva*, uma oração está subordinada a outra.

Além das estruturas já apresentadas sobre o objeto indireto português, pode-se acrescentar ainda o *objeto indireto pleonástico*. Sobre o qual, diz Celso Cunha e Cintra:

Com a finalidade de realçá-lo, costuma-se repetir o OBJETO INDIRETO. Nesse caso, uma das formas é obrigatoriamente um pronome pessoal átono. A outra pode ser um substantivo ou pronome oblíquo tônico antecedido de preposição (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 159).

Em outras palavras, o *objeto indireto pleonástico* é acrescentado em uma oração com o intuito de reforçar a ideia expressa por um OI já mencionado sem deixar de ser coerente. A denominação “pleonástico” parte do conceito da figura de linguagem pleonasma, a qual indica a repetição sintática de algum termo da oração, como no exemplo de Maria Cecília Garcia:

“A mim ensinou-me tudo o que sei” (2003, p. 232).

OI VTI

Perceba que o complemento do verbo transitivo indireto “ensinar”, o objeto indireto “a mim”, já está presente no início da oração, porém volta a repetir-se após o verbo, através do pronome oblíquo átono “me”. Os dois objetos possuem o mesmo sentido de receber a ação verbal, pois quem ensina, de modo geral ensina a alguém. O objeto indireto pleonástico em português é raro. Ao contrário disso, a repetição do objeto indireto no espanhol é mais comum, sendo em alguns casos obrigatória. A frase acima em espanhol ficaria assim:

“A mí me enseñaron todo lo que sé”.

OI OI VTI

Essa repetição, como se verá com mais detalhes abaixo, não é usual no Brasil, embora seja perfeitamente possível e, ademais, um recurso estilístico elegante. A falta de uso desse recurso termina por dificultar o aprendizado do espanhol.

As classificações mencionadas anteriormente, sobre o objeto ou complemento indireto nem sempre virão apresentadas com a mesma organização, sentido ou riqueza de detalhes nas variadas gramáticas do português brasileiro. Cada gramático tem o seu modo de expressar o seu ponto de vista com relação ao assunto.

De acordo com Celso Cunha, outro ponto importante sobre os complementos verbais indiretos na língua portuguesa corresponde ao fator de que, quando o objeto indireto vem precedido pelos pronomes pessoais oblíquos (átonos/ tônicos) *me, te, lhe, nos, vos, lhes* e pelo pronome reflexivo *se*, não devem vir precedido de preposição, eles representam o próprio objeto indireto. Assim como no seguinte exemplo:

“você não me está insinuando que não vai aceitar?” (CUNHA, 2008, p.159).

OI

Percebe-se que na oração não há a necessidade de uma preposição para completar o sentido do verbo transitivo indireto “insinuar”, pois o pronome “me” completa sozinho a expectativa levantada pelo verbo. Alguns pronomes, que podem ser considerados complemento indireto, também podem representar um objeto direto (exceto o pronome oblíquo *lhe* e suas flexão *lhes*, os quais são exclusivos OI), Neste caso, quem define se tais

pronomes complementos são diretos ou indiretos é exclusivamente o verbo de determinada oração.

Em algumas situações os pronomes complementos podem vir juntos com o objeto indireto explícito em uma frase, assim como no exemplo de Garcia:

Aos meus problemas, ninguém lhes dá importância (GARCIA, p. 232).

OI

OI

O pronome complemento “lhes”, portanto exerce a função de realçar o objeto indireto “Aos meus problemas” do início da oração, pois nesse caso a repetição é comum e proposital, a frase em si enquadra-se na classificação de objeto indireto pleonástico já mencionada anteriormente.

No português brasileiro, essa forma de objeto indireto pleonástico é usada mais na literatura para dar ênfase, para realçar algo a que o escritor deseja chamar a atenção. No espanhol, a forma pleonástica é mais conhecida como “dativo enfático” e é obrigatória, segundo as normas vigentes na gramática oficial da Real Academia Española de letras.

2.2 Objetos Indireto, Direto e Adjunto Adverbial

A relação entre o complemento indireto, direto e adjunto adverbial em português pode ser algumas vezes confusa, assim como em espanhol, podemos tomar, por exemplo, o uso de preposição ante um objeto direto. Sabe-se que as preposições distingue o objeto indireto do direto, no entanto o objeto direto também pode vir precedido por preposições. Para essa eventualidade dá-se o nome de *objeto direto preposicionado*. Este tipo de objeto pode causar equívoco com relação aos dois complementos (direto e indireto) durante uma análise sintática, como no exemplo de Roberto Melo Mesquita:

“Judas traiu a cristo” (MESQUITA, 1997, p. 408).

VTD OD

Se considerarmos a preposição existente na oração, diríamos que o complemento do verbo transitivo “trair” é um objeto indireto, no entanto “a Cristo” é objeto direto preposicionado. Em uma oração cujo objeto é indireto, se tirarmos a preposição que liga o verbo ao seu complemento, perde-se o significado original da frase.

No exemplo anterior, o uso da preposição “a”, tanto no espanhol quanto no português, tem a função de evitar uma possível ambiguidade, pois se a frase ficasse assim: “Judas traiu Cristo” (em espanhol “Judas traicionó Cristo”), segundo os gramáticos, haveria a possibilidade de encontrar-se dois sujeitos para um mesmo verbo, pois à pergunta “quem traiu?” a resposta poderia ser tanto Cristo quanto Judas. E a prova é fácil de demonstrar bastando, para isso, inverter a ordem da frase: Jesus traiu Judas (Cristo traicionó Judas).

Para que se possa entender essa inversão, há que se lembrar de uma regra que diz que o sujeito de uma oração jamais pode começar com uma preposição (exceto em alguns aspectos literários, como a poesia). De acordo com essa regra, o exemplo “Judas traiu a Cristo” (Judas traicionó Cristo) tem o mesmo significado de “A Cristo traiu Judas” (A cristó traicionó Judas), pois o leitor tem certeza de que a expressão “a Cristo” não poderia ser o sujeito, conseqüentemente pela presença da preposição “a”.

Além disso, se o complemento “a Cristo” fosse considerado um objeto indireto teria que ficar da seguinte forma em espanhol: “A Cristo le traicionó Judas”, ou seja, o objeto indireto “a Cristo” e “le” teriam que vir necessariamente duplicados. Porém, como não é objeto indireto, fica na ordem já explicada: “A Cristo traicionó Judas”, sendo “a Cristo” apenas um objeto indireto preposicionado.

Nesses casos, conforme Ulisses Infante, “a preposição surge por necessidades expressivas ou por razões morfossintáticas, mas **nunca porque o verbo exige** (se isso ocorresse, o verbo seria transitivo indireto)” (INFANTE, 2001, p. 441). Nota-se isso ainda no exemplo de Ulisses Infante:

Estimo aos meus colegas (INFANTE, 2001, p. 441).

VTD OD

O verbo designado na oração é transitivo direto o que resulta em complemento direto, a preposição “aos” apenas está enfatizando o objeto direto “meus colegas”, ocasionando assim melhor expressividade. Além disso, há gramáticos que classificam o objeto direto preposicionado por variados motivos. Eles ocorrem nas expressões de sentimento, ante um pronome oblíquo tônico, entre outros aspectos que não cabem especificar no momento.

Visto que a preposição não designa somente o complemento indireto, más também o direto, tem-se ainda os adjuntos adverbiais, os quais também apresentam um grupo preposicional que pode levar muitos a cometerem equívocos. Conforme o exemplo:

Ele morreu de fome.

VI Adjunto Adverbial

Nota-se que na oração acima mesmo existindo a preposição “de” não é possível considerar o grupo preposicional um complemento indireto, nem mesmo um objeto direto. Primeiro porque o verbo presente na frase “morreu” é intransitivo, ou seja, não possui transitividade ou relação alguma com o grupo seguinte. Em segundo lugar, a expressão “de fome” tem sentido diferente dos OI e OD que sofrem a ação verbal indireta e diretamente.

A referida expressão (de fome), portanto, resulta em uma circunstância ou causa pela qual o sujeito da oração tenha morrido. Nesses casos em que o grupo preposicional indica alguma circunstância por meio de advérbios (de lugar, causa, tempo, modo etc), denomina-se adjunto adverbial e não CI. É válido destacar ainda que as preposições que se ligam ao verbo transitivo indireto são diversas, não há uma definição de quais em especial devem ser usadas nos períodos oracionais, o que difere do complemento indireto espanhol.

2.3 Os Complementos Verbais Indiretos em Espanhol

Os complementos indiretos da Língua Espanhola são distintos em alguns aspectos e semelhantes em outros em relação à língua portuguesa, principalmente no que corresponde as suas estruturas. Segundo Emilio Alarcos Llorach:

El objeto indirecto, o complemento, es compatible con cualquier otro adyacente en la misma oración, y suele designar en la realidad al destinatario de noción evocada por el verbo (o, en su caso, por el conjunto del verbo y su objeto directo o preposicional) (LLORACH, 2008, p. 359).*

De modo mais simplificado, o complemento indireto corresponde ao “pedido” do verbo e, além disso, é condizente com outros elementos que compõem a oração. Para Manuel Seco:

[...] queda suficientemente delimitado el concepto de complemento indirecto: es un nombre que lleva delante la preposición *a*; que distingue del complemento directo en que no pasa a ser sujeto de la oración cuando a esta se le da la construcción pasiva; y que se distingue del complemento adverbial en que siempre es sustituible por un

*O objeto indireto ou complemento é compatível com qualquer outro adjacente na mesma frase e geralmente designar o destinatário do conceito evocado pelo verbo (ou, conforme o caso, de todo o verbo e seu objeto direto ou preposicional) na realidade (LLORACH, 2008 p. 359). [tradução nossa]

pronombre personal átono; cuando el complemento indirecto no es un nombre, es precisamente un pronombre personal átono, sin preposición (SECO, 1995, p. 175).**

Manuel Seco faz uma definição do complemento indireto destacando o fato deste ser sempre precedido pela preposição “a”. Para o gramático o objeto indireto é diferente do direto porque aquele não pode transformar-se em sujeito. O objeto direto, ao contrário, pode tornar-se sujeito quando a oração for passada da voz ativa para a passiva.

Seco (1995) diz ainda que o OI é diferente também dos complementos adverbiais, pois estes não podem ser trocados pelos pronomes pessoais átonos. Os pronomes pessoais oblíquos só podem substituir palavras ou expressões com valor substantivado. Neste caso tanto o objeto indireto quanto o direto corresponde a essa exigência, tanto na língua espanhola quanto na língua portuguesa. No entanto, no conceito da Nueva Gramática de la Lengua Española:

Se llama COMPLEMENTO INDIRECTO u OBJETO INDIRECTO la función sintáctica desempeñada por los pronombres átonos de dativo, así como por los grupos preposicionales encabezados por la preposición *a* que pueden ser reemplazados por un pronombre de dativo (Jacinto pidió a su esposa las llaves > Le pidió las llaves) (RAE, 2010, p. 671). *

De tudo isso, pode-se deduzir que o objeto indireto em espanhol possui como regra geral ser precedido apenas da preposição “a”. Conforme os exemplos expostos na citação acima “Jacinto pidió a su esposa las llaves”, o complemento indireto “a su esposa” pode ser substituído por um pronome átono dativo, no caso “le”. E a explicação de o porquê de “a su esposa” ser o objeto indireto, refere-se ao verbo “pedir”, o qual solicita algo a alguém e esse alguém é o CI, interligado ao verbo pela preposição “a”. Na sequência, a mesma oração se repete de forma resumida, no entanto permanece o mesmo sentido da oração anterior, e não se percebe a presença da preposição “a” indicando o objeto indireto, porém o pronome átono dativo “le” é o próprio objeto indireto do verbo.

Deve-se observar que o termo “dativo” mencionado anteriormente remete ao mesmo OI. Em latim, alguns termos da gramática eram denominados por *casos*, e um desses casos

**[...] O conceito de complemento indireto é suficientemente delimitado: é um nome que leva adiante a preposição *a*; que distingue do complemento direto em que deixa de ser sujeito da sentença quando é dada a construção passiva; e que se distingue do complemento adverbial que sempre pode ser substituído por um pronome pessoal átono; quando o complemento indireto não é um nome, é precisamente um pronome pessoal átono, sem preposição (SECO, 1995, p. 175). [tradução nossa]

*É chamado complemento indireto ou objeto indireto a função sintática desempenhada pelos pronomes átonos de dativo, assim como pelos grupos proposicionais iniciados pela preposição *a*, que podem ser substituídos por um pronome dativo (Jacinto pidió las llaves para su esposa > pedíu-lhe as llaves) (RAE, 2010, p. 671). [tradução nossa]

latinos chama-se dativo, qual corresponde hoje ao objeto indireto. Por esse motivo, algumas gramáticas espanholas fazem uso do termo dativo.

A respeito da preposição “a” como exclusividade do objeto indireto em espanhol, há controvérsias, pois existem alguns gramáticos, os quais defendem que além da preposição “a” o “para” também pode representar o objeto indireto. Apesar de algumas argumentações a favor do *para* como objeto indireto, há gramáticos importantes como Llorach, e outros, os quais estão representados na Nueva Gramática de la Lengua Española, que aprovam somente os adjacentes precedidos pela preposição “a” podem ser considerados complementos indiretos, isso devido à flexibilidade de a mesma (preposição “a”) ser substituída por pronomes dativos, conforme referido anteriormente. Pelo menos é isso que sugere a Nova Gramática da Língua Espanhola:

En algunas gramáticas tradicionales se consideraban también complementos indirectos los encabezados por la preposición *para* cuando introducen el destinatario de alguna acción. En la actualidad se piensa que no lo son, ya que no admiten la sustitución por pronombres dativos. No son equivalentes, por tanto, *Le dio un regalo a su amiga* y *Le dio un regalo para su amiga* (RAE, 2010, p. 671).*

Dos dois exemplos expostos na citação acima, nota-se que o objeto indireto da primeira oração pode ser substituído pela partícula “se”, sem deixar de ter o mesmo significado:

Le dio un regalo a su amiga. / *Se lo dio.*
VTI OI OI VTI

Percebe-se pelo exemplo que o objeto indireto “a su amiga”, o qual está antecedido, pode ser trocado simplesmente pelo pronome dativo “Se”. Este apesar de estar representado de forma resumida, não deixa de complementar o sentido do verbo “dar”. O “se” é equivalente ao pronome “le”, no entanto aparece como “se” para evitar uma cacofonia na Língua Espanhola, pois se ficasse assim “Le lo dio” para um espanhol a união de le+lo daria a palavra “lelo”, que significa “tonto”, “bobo”, equivalente ao “lelé da cuca” brasileiro, ou seja, um adjacente não pertencente a oração. Em português não há uma preocupação maior com

*Em algumas gramáticas tradicionais foram considerados também complemento indireto os iniciados pela preposição *para*, quando introduzem o destinatário de alguma ação. Na atualidade pensam que não o são, já que não admitem a substituição por pronomes dativos. Não são equivalentes, portanto, deu um presente a sua amiga e deu um presente para sua amiga (RAE, 2010, p. 671). [tradução nossa]

esse processo cacofônico, pois é específico da língua espanhola, devido o constante uso de pronomes como CI.

No segundo exemplo “*Le dio un regalo para su amiga*”, é usada a mesma estrutura da primeira oração, no entanto com o advento da preposição *para*. O suposto objeto indireto “para su amiga” não pode ser, portanto, alternado por um pronome dativo, por isso não se define como um objeto indireto. Além disso, boa parte dos gramáticos espanhóis alega que o complemento precedido pelo *para* não tem um sentido conclusivo em relação ao verbo, isso ocorre no exemplo mencionado acima. O sujeito (él) da referida oração, mesmo que ele tenha dado o presente a sua amiga, não significa dizer que “o presente” necessariamente seja destinado a ela, pode ser dado para sua amiga, e a partir desta se encontre seu destinatário verdadeiramente.

O “*para*”, segundo os que defendem o uso somente da preposição “a” como antecedente ao objeto indireto, é definido como complemento circunstancial, ou seja, representa o modo ou a circunstancia em que se dá o desfecho da oração.

A respeito disso, Llorach vai dizer que: “No deben considerarse objetos indirectos los adyacentes caracterizados por la preposición *para*, aunque puedan referirse en la realidad a un destinatario” (LLORACH, 2008, p. 363).^{*} Para ele “los adyacentes con *para* son circunstanciales”, ou seja, não influi na definição dos complementos indiretos da língua espanhola.

Sobre determinado assunto tanto quem defende ou reprova o uso da preposição “*para*” como antecedente ao complemento indireto espanhol, possuem bons argumentos, a ponto de convencer qualquer estudante do assunto. Entretanto o que deixa entender que os adjacentes com “*para*” não podem ser considerados complemento indireto, dá-se ao fato de que a quantidade de gramáticos que defendem a preposição “a” como principal elemento do CI espanhol, é maior do que os defensores do “*para*”.

Além do que foi abordado sobre o complemento indireto espanhol, pode-se destacar que ainda há outras particularidades em relação a ele. De acordo com a Nueva Gramática de la Lengua Española, que aborda em parte tanto os aspectos do espanhol peninsular quanto do espanhol da América, os complementos podem classificar-se principalmente como argumentais e não argumentais.

^{*}“Não considera-se objetos indirectos os adjacentes caracterizados pela preposição *para*, embora eles podem referir-se na realidade a um destinatário” (LLORACH, 2008, p. 363). [tradução nossa]

Os de aspectos argumentais correspondem a cinco subdivisões: *destinatários*, *experimentante*, *origen* y *término*. O objeto indireto por nome de *destinatário* refere-se justamente ao destino da ação do verbo, logo o objeto indireto mais característico e fácil de encontrar na Língua Espanhola, exemplo:

Escribí una carta a mi madre.

VTI CD CI

Percebe-se que o complemento indireto “*a mi madre*” é quem recebe a ação do verbo “*escribir*”, o sujeito da oração (*yo*) escreve algo (*una carta*) a alguém, e esse alguém é o destino da ação do verbo escrever, neste caso “*a mi madre*”, por esta razão o objeto indireto é denominado destinatário.

O objeto indireto classificado como *experimentantes* é aquele que experimenta a noção emitida pelo verbo transitivo indireto, exemplo:

Me gustan las naranjas.

CI VTI CD

Observa-se que o próprio verbo remete o sentido de experimentar, nesta ocasião quem experimenta da ação do verbo é o complemento indireto, representado pelo pronome pessoal átono “*Me*”, ou seja, o indivíduo que de certa forma, se volta ao interesse verbal principal presente na oração.

Ainda dentro da classificação dos complementos indiretos argumentais, podemos destacar o de *origen*, este remete à origem da ação verbal, exemplo:

Se nos alejan las oportunidades (RAE, 2010, p. 672).

CI VTI CD

O verbo *alejar* na oração tem sentido de distanciar, porém quem se distancia, afasta-se de algo ou alguém, este alguém é o complemento indireto, representado pelo pronome pessoal átono *nos*, que marca a origem de onde se distanciam *las oportunidades*. Do mesmo modo ocorre com o objeto indireto classificado como *término*, porém ao contrário do anterior ao invés de se distanciar da origem que é o completo indireto. Nesse caso ocorre o processo aproximação. Exemplo:

No te me acerques (RAE, 2010, p. 672).

CI VTI

Nota-se nesta oração que o verbo *acercar* se refere também a um alguém. Esse alguém é objeto indireto, apresentado pelo pronome pessoal átono “me”. Estas duas últimas situações, *origen e término*, conforme *La Nueva Gramática de la Lengua Española*, são caracterizadas pela definição de *alejarse de alguien e acercarse de alguien*, isso devido às condições em que encontra-se o objeto indireto.

Visto a classificação do objeto indireto argumental, convém destacar os de aspectos *não argumentais*. Estes não desempenham um papel central dentro de uma oração, aparecem como uma maneira de embasar alguns elementos dela, porém na maioria das vezes não exercem função principal, por isso são considerados não argumentais.

Dentre os complementos indiretos não argumentais pode-se enfatizar três: os *dativos de interés, os posesivos e os aspectuales*. Os *dativos de interés*, conforme *La Nueva Gramática de la Lengua Española*, [...] “designan el individuo que se ve beneficiado o perjudicado por la acción o el proceso que menciona, como en *Me buscaron un albergue*” (RAE, 2010, p. 672).

O objeto indireto dativo de *interés* pode estar caracterizado por ser favorecido ou prejudicado pela ação verbal. É possível perceber isso na oração exemplificada, o sujeito desinencial (eles) é quem executa a ação, mas quem a sofre (*me*) tem interesse em realçar a ação praticada por outros.

Com relação aos objetos indiretos não argumentais, temos ainda os de caráter de posse ou *os dativos posesivos*. Ocorrem quando o objeto indireto reforça o sentido de alguém ou coisa a que lhe é atribuído algo, exemplo:

A la casa se le mojó el tejado (RAE, 2010, p. 672).

OI V

No exemplo acima, o objeto indireto representado pelo pronome pessoal *le* reforça o sentido anterior do objeto mencionado na oração *A la casa*, a que também é atribuído algo, este corresponde a *el tejado*. O verbo *mojar* não necessita de um objeto indireto, pois, assim como no português, se molha, molha-se algo, alguma coisa. No caso acima a função é realçar que o telhado pertence à casa, por isso o dativo *le* está enfatizando essa ideia de posse.

Bem parecidos com os *dativos possessivos*, são os *dativos éticos y os aspectuales*, sobre estes diz *La Nueva Gramática de la Lengua Española* que “permiten integrar en el verbo un elemento igualmente ajeno a él, pero afectado en alguna medida por la noción que expresa el predicado” (RAE, 2010, p. 672). Os complementos indiretos *não argumentais*, não apresentam função fundamental como os *argumentais*, no entanto fazem parte da classificação do CI espanhol.

Em suma, a classificação dos complementos verbais indiretos espanhol está pautada na *Nueva Gramática de la Lengua Española*, cuja organização tenta entender o espanhol peninsular, insular e americano, afinal as discrepâncias, principalmente na oralidade, são enormes, e se não houver uma unidade linguística a tendência é que haja tantas diferenças dentre o idioma espanhol que deixe de ser uma mesma língua.

O mesmo se repete na língua portuguesa, nem todos gramáticos brasileiros, português, angolanos trabalham com a definição proposta por Celso Cunha, Roberto Melo Mesquita e Maria Cecília Garcia, afinal, cada gramático analisa, esse tema de acordo com a noção de gramática que possui, podendo alguns priorizar a gramática funcional/estrutural, outros a descrição, outros a gerativa etc. Esse fato para espanhol e português, não significa dizer que as variedades gramaticais sejam algo ruim, ao contrário disso, só tem a contribuir e enriquecer os temas que envolvem gramática. As observações levantadas resultam apenas um meio de especificar as gramáticas utilizadas para conceituar e classificar a temática do presente trabalho.

2.4 A Duplicação do Complemento Indireto Espanhol

Segundo a Nova Gramática da Língua Espanhola “Es habitual en español que los complementos indirectos formen construcciones llamadas DE DOBLADO O DE DUPLICACIÓN. El grupo preposicional que ejerce la función de complemento indirecto aparece reproducido en ellas mediante un pronombre átono de dativo [...]” (RAE, 2010, p. 676- 677).^{*} Em outras palavras, é comum que em espanhol o objeto indireto se repita por duas vezes em uma mesma oração, por intermédio de um pronome pessoal átono ou pronome complemento, sem deixar que o período oracional perca a coerência.

Tem-se como pronomes complementos indiretos mais utilizados em língua espanhola, quando há duplicação de CI: *le* , (*se*) (3ª pessoa do singular) e *les* (3ª pessoa do plural). O uso

^{*}É comum em espanhol que os complementos indiretos formem construções chamadas de dobro ou duplicação. O grupo proposicional que exerce a função de complemento indireto é reproduzido neles por um pronome de átono dativo [...]” (RAE, 2010, p. 676-677).

desses elementos é conhecido pelo fenômeno denominado *leísmo*, no qual o pronome pode substituir um complemento indireto em gênero masculino geralmente em terceira pessoa do singular. Normalmente, numa mesma frase aparecem o pronome (le/les) e o complemento indireto explícito. Conforme o exemplo da Nueva Gramática de la Lengua Española:

Les gusta a las muchachas.

CI VTI CI

É possível perceber que há a representação do complemento indireto duas vezes na oração. Primeiro, representado pelo pronome complemento *les*, e depois através do próprio CI antecedido pela proposição “a” (a las muchachas). A duplicação do complemento indireto na oração não significa que nela exista dois CI, pois o pronome complemento (les) presente na oração mencionada é empregado com o intuito de realçar o objeto indireto explícito (a las muchachas).

O processo de duplicidade do complemento indireto em língua espanhola não torna o período oracional errôneo. Se por um lado isso pode ser avaliado como uma normalidade pela gramática espanhola, por outro, se comparado com o português isso nem sempre é correto, pois de acordo com a gramática portuguesa o uso dos pronomes pessoais oblíquos, principalmente *lhe* e *lhes*, deve ser evitado quando o objeto indireto for explícito. Exemplo:

Eu *lhe* dei um livro

OI VTI

Eu *lhe* dei um livro *a Pedro*

OI VTDI OI

Observa-se que entre as duas orações, uma, corresponde às normas da língua portuguesa e outra não. Na primeira oração exemplificada, o pronome pessoal oblíquo *lhe* atua exclusivamente como o complemento indireto, sem que haja a necessidade de sua duplicação. O segundo exemplo é o retrato de uma duplicação não aceita pela gramática padrão do português brasileiro. É possível perceber que a presença do complemento indireto “a Pedro”, torna a oração redundante, devido à repetição do CI.

Analisando a mesma oração, porém em espanhol, *Le di un libro a Pedro*, será possível perceber que a repetição do objeto indireto é extremamente comum, conforme as normas

padrão da gramática espanhola. Isso justifica-se principalmente porque o uso dos pronomes como CI ocorre com maior frequência no espanhol, e tem por finalidade enfatizar o objeto indireto sem que ele esteja representado explicitamente duas vezes em uma mesma oração.

Nesse ponto o complemento indireto distingue entre espanhol e português, já que em português o uso dos pronomes como complementos é menor que em espanhol. Isso conseqüentemente ocasiona a estudantes falantes do português certa confusão com relação ao assunto em espanhol.

A repetição do objeto indireto em espanhol pode ser obrigatória em alguns casos e opcional em outros. De acordo com os exemplos:

A Juan di un regalo

OI VTI

A Juan le di un regalo

OI OI VTI

Conforme a gramática espanhola, existem expressões em que o objeto indireto vem dobrado, ele é extremamente necessário. Observa-se que o primeiro exemplo mencionado, no ponto de vista gramatical, está incorreto. Nessa oração a duplicação do complemento indireto é obrigatório. Já na frase seguinte, tanto o CI representado por “a Juan” quanto por pronome complemento “le” e aceitáveis para os nativos.

A Nueva Gramática de la Lengua Española aponta que há outras situações de obrigatoriedade da duplicação do CI. Isso se dá quando o grupo preposicional presente na oração se constitui por pronome pessoal tônico, como na seguinte frase “Entregó los documentos a ellos” (RAE, 2010, p. 677) e também em formações de tópicos iniciais considerados “deslocados”, como em “(Les) lanzó ayer un buen sermón a sus hijos” (RAE. 2010, p. 677).

O complemento indireto também pode ser opcional, isso ocorre principalmente com relação aos dativos de interesse, que desempenham a função de realçar o interesse de algo ou alguém dentro da oração. De acordo com exemplo:

Me estudies la tarea, chica.

OI

Nota-se, que o pronome *me* destaca principalmente o interesse de quem quer que a menina estude. Além disso, percebe-se que, se o pronome em destaque fosse omitido da frase, ela continuaria tendo sentido, pois o pronome “me” não exerce de fato a função de objeto indireto, podendo a oração ficar da seguinte forma: “Estudies la tarea, chica”, sem que isso constituísse erro gramatical.

2.5 A Relação entre o Complemento Indireto e Direto

Em língua espanhola, os complementos indiretos e diretos quase sempre estão presentes numa mesma oração. Em alguns casos, pode haver confusão em identificá-los corretamente. Um dos aspectos que são considerados ambíguos dentre tais complementos diz respeito ao emprego da preposição “a”, pois, conforme Emilio Alarcos Llorach, “La preposición *a* se antepone siempre al objeto indirecto, pero como también se usa en otras funciones [...]” (LLORACH, 2008, p. 360). A preposição “a” tem principalmente a função de anteceder o CI, no entanto ela também pode se antepor ao complemento direto e ao adjacente circunstancial. De acordo com o exemplo de Llorach:

Vio a la muchacha (2008, p. 361)

VTD OD (preposicionado)

A presença da preposição “a” leva a pensar que o complemento da oração é indireto, entretanto, do ponto de vista gramatical, isso não é o correto. O verbo “ver” é transitivo direto, logo o complemento é objeto direto. O argumento apresentado para um uso da preposição *a* ante um objeto direto corresponde ao fator de que, em espanhol, toda vez que houver a presença de pessoas, seres vivos ou animados como complemento direto, cabe a ele vir precedido de preposição, a fim de evitar confusão entre sujeito e objeto da oração. Deve-se ter em mente que o sujeito de uma frase nunca virá precedido de preposição.

Além do CD, podemos encontrar a preposição *a* em outras classificações, como, por exemplo, o adjacente circunstancial (em português adjunto circunstancial). Sobre este, vale ressaltar que também sua análise pode ocasionar muitos equívocos. Assim como nas orações destacadas por Llorach (2008, p. 363):

Puso dos cerraduras a la puerta

OD

OI

Puso dos macetas a la puerta

OD Adjacente circunstancial

Nota-se que o mesmo grupo preposicional “a la puerta” se repete nas duas orações, porém os significados não são os mesmos. Na primeira frase é possível perceber que “a la puerta” trata-se de um complemento indireto, pois a ação de colocar as “cerraduras” recai sobre a porta, esta é portanto o destinatário final da ação verbal.

Outro motivo pelo qual “a la puerta” é considerado um objeto indireto, tem relação com a possibilidade de o mesmo contexto ser substituído por pronome pessoal átono. Segundo Llorach (2008, p. 363) se a oração “Puso dos cerraduras *a la puerta*” fosse trocada por “Se las puso”, ainda assim, o complemento continuaria sendo indireto, ao contrário do segundo exemplo: “Puso dos macetas *a la puerta*”. Neste último é importante ressaltar que de início “macetas” são vasos de flores, e não se referem especificamente a um elemento pertencente à porta, tal como as “cerraduras”, por isso certo é que “a la puerta” seja o lugar ou local onde foram posto os dois vasos de flores.

Há outro ponto que evidencia que “à porta” na segunda oração não corresponde a um CI e sim a um adjacente circunstancial, pois a oração poderia ficar assim: “Las puso *allí*” (LLORACH, 2008, p. 363). Nesta ocasião não se pode usar um pronome complemento indireto,

Além dos aspectos abordados com relação ao objeto indireto e direto, pode-se apontar os pronomes pessoais no caso reto e oblíquo. Os pronomes pessoais do caso *reto* (*eu; tu; ele, ela; nós; vós; eles, elas*) em português (também conhecidos como *pronomes sujeto* em espanhol), geralmente atuam como o sujeito de uma oração. No entanto também podem denominar-se complemento indireto se precedidos de preposição.

Os pronomes no caso oblíquo (tônicos/átono), denominados em espanhol como *pronomes personales átonos e tónicos*, podem representar o objeto indireto ou direto. Os pronomes oblíquos tônicos: mim, comigo, ti, contigo, consigo; conosco, convosco, devem ser precedido de preposição, logo são classificados como objetos indiretos.

Quanto aos pronomes oblíquos átonos: em primeira pessoa (singular/plural) *me, nos* e segunda pessoa (singular/plural) *te, os*, possuem formas únicas entre os respectivos complementos, só há diferenciação nas formas em terceira pessoa (singular/plural), *le (se), les* (lhe, lhes) para CI e *lo, la/ los, las* (o, a, os, as) para CD. Estes pronomes conforme as regras gramaticais em espanhol e português não necessitam da presença de preposições.

Os pronomes complementos que possuem formas únicas para ambas os objetos, poderiam tornar-se confusos, porém, de acordo com Llorach (2008, p. 361) não se equivocam na função de complemento indireto quando há na oração um substantivo, que exerce a função de complemento direto. Nota-se isso nos exemplos:

Me lavo (objeto directo) / Me lavo las manos (objeto indirecto)

OD

OI

Te depilas (objeto directo) / Te depilas las cejas (objeto indirecto)

OD

OI

Nos quemamos (objeto directo) / Nos quemamos la lengua (objeto indirecto)

OD

OI

Os afeitó (objeto directo) / Os afeitó el bigode (objeto indirecto)

OD

OI

(LLORACH, 2008, p. 361)

As primeiras orações de cada etapa classificam os pronomes complementos como diretos, pois de certo modo o sentido da frase já está completo, porém, quando as mesmas orações passam a possuir substantivos (las manos/ las cejas/ la lengua/ el bigode), o pronome pessoal átono torna-se um objeto indireto, simplesmente por esses substantivos serem considerados um OD.

Vale observar ainda que entre os pronomes *me*, *te*, *nos* presentes nas frases, também são chamados de reflexivos, porquanto podem ser utilizados para indicar que a ação do sujeito se volta sobre ele próprio. Se comparados, entre espanhol e português, esses pronomes serão praticamente iguais nesse aspecto. Em comparação, a frase, Me lavo, em espanhol e “Lavo-me” em português, o pronome me é objeto direto, pois quem lava, lava algo. Além disso, em ambas as orações o pronome dá ideia de reflexibilidade, pois a ação praticada pelo sujeito recai sobre ele mesmo.

Na oração Me lavo las manos, mesmo o pronome sendo considerado um objeto indireto, ainda assim possui sentido de reflexibilidade, porque alguém lavou algo (as mãos) que pertencia a si mesmo, nesse mesmo viés analítico ocorre se a frase for traduzida para português. A reflexibilidade dos pronomes *me*, *te*, e *nos* dos exemplos de Llorach, portanto,

são similares em língua portuguesa. Desse modo cabe ao estudante de espanhol, estar atualizado com o assunto em português para que haja maior compreensão do conteúdo na língua espanhola.

Os pronomes pessoais átonos que representam os complementos indiretos (le, se, les) e diretos (lo, la, los, las) ainda conforme Llorach (2008, p. 362), apresentam algumas matizes: no CD o referido pronome conserva o gênero e o número do substantivo indicado. Como na seguinte oração:

Entregan las plumas al niño / Las entregan al niño (LLORACH, 2008, p. 362).

OD

OD

O pronome “las” da segunda oração, ao substituir o objeto direto “las plumas”, permanece com o mesmo gênero e número em relação ao substantivo “plumas”. Com o CI, entretanto, ocorre um pouco diferente; algumas vezes conserva-se somente o número do substantivo e deixa o gênero difícil de ser definido sem a análise do contexto: “Entregan el libro a las niñas / Les entregan el libro” (LLORACH, 2008, p. 362).

Há ainda uma situação relevante: quando em uma oração os dois objetos (direto e indireto) são substituídos por pronomes complementos em forma de terceira pessoa (singular/plural), o objeto indireto sempre vem antes que o direto:

Pedro le dió una pelota a su hermano / Se la dió.

OI VTI

OD

OI

OI OD

Na segunda oração “Se la dió”, o objeto indireto representado pelo pronome *se* antecede ao direto, isso é comum entre os complementos verbais em espanhol. Na oração o pronome *se* de certo modo substitui o lugar do *le*, isso é necessário em Língua Espanhola para evitar o que os gramáticos espanhóis denominam “cacofonia”, ou seja, expressões que formam sons desagradáveis como em: “Le la dió”, como já comentado anteriormente (38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos que envolvem a gramática nem sempre são facilmente compreensíveis, porém possuem grande importância para os falantes de qualquer língua. Apesar de algumas críticas a respeito do ensino dos elementos gramaticais nas instituições de ensino, faz-se necessário maior clareza sobre o assunto, de modo que se possa contribuir no aprimoramento da própria língua e no aprendizado mais rápido de outro idioma. Com isso, o presente trabalho buscou comparar um dos elementos da gramática, mais especificamente os complementos indiretos desde o ponto de vista de duas línguas, o Português e o Espanhol.

De início, o trabalho partiu com uma apresentação sobre a história das línguas em estudos, desde o surgimento, os primeiros gramáticos, a organização das gramáticas, até a temática específica: *Os Complementos Verbais Indiretos*. Sobre estes, em primeiro momento foi apontado como estão classificados e quais as relações existentes com outros adjacentes de uma oração, de acordo com alguns gramáticos do português.

O segundo momento de discussão teve foco principal nos complementos indiretos, em língua espanhola. Houve, portanto, a classificação dos objetos, sua atuação e relação com outros elementos da oração. Além disso, à medida que os determinados complementos foram apresentados, tanto em português quanto em espanhol, as diferenças e similaridades encontradas em relação ao assunto foram apontadas e discutidas, com o intuito de destacar as possíveis confusões causadas pelos estudantes de língua estrangeiras.

Dos objetivos estabelecidos no projeto, o geral, que baseou-se na perspectiva de saber as similaridades e as diferenças existentes entre os Complementos Indiretos em espanhol e português, foi alcançado. Além deste, um dos objetivos específicos também foi obtido, esse teve por intuito “verificar se na linguagem escrita os complementos verbais indiretos (português/espanhol) estão sendo usados na ordem padrão das respectivas sintaxes”.

No decorrer da pesquisa, através de investigações bibliográfica e comparativa foi possível perceber que as diferenças presentes nos complementos das duas línguas se dão em alguns pontos, os quais podem surgir nas formas de organização, nomenclaturas, escrita e pronúncia. No mais, as maiores distinções entre tais complementos referem-se à questão do emprego das preposições antecedidas ao objeto indireto.

Dentre a temática abordada, outros temas poderão ser fonte de estudos futuros. A transitividade do verbo, por exemplo, é um assunto muito importante, pois muitos dos elementos de uma oração dependem do verbo para dar-lhes sentido na frase. Temas como os pronomes complementos também dariam uma boa pesquisa, principalmente em língua

espanhola, devido aos fenômenos denominados leísmo, laísmo e loísmo. Ademais, o próprio tema em destaque (Os complementos Indiretos), pode ser aprofundado, focando-se a oralidade e também as variações existentes principalmente entre o espanhol da América e o peninsular.

Todos estes estudos são importantes para estudantes de uma língua estrangeira, pois, infelizmente muitos chegam às universidades com certo déficit de conhecimento, principalmente no que se refere à gramática. Talvez se ela fosse melhor trabalhada na língua de origem, não haveria tantos impasses no aprendizado da gramática em outra língua. Portanto, ter-se um bom domínio da própria língua é um trunfo para a aquisição de um segundo idioma, pois contrastar elementos gramaticais entre línguas é simplesmente adquirir conhecimento profundo delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Rafael Cano. **El Español A Través de los Tiempos**. ed. Arco/Libros. S.A. Madrid. 1ª edición 1988 / 2ª edición 1992.
- ALVES, Carolina Fernandes. **A Contribuição da Análise Contrastiva e de um Corpus de Erros para o Desenho de um Dicionário de Espanhol para Aprendizes Brasileiros**. 2011. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/anglo_germanicas/cadernos/numeros/072011/textos/cl2831072011alves.pdf. Acesso: 27 de setembro de 2017.
- CÂMARA Junior, Joaquim Mattoso. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Padrão. Rio de Janeiro. 1979.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís. F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. – 5. Ed. - Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- GARCIA, Maria Cecília. **Minimanual Compacto de Gramática da Língua Portuguesa: Teoria e Prática**. Maria Cecília Garcia, Benedicta Aparecida Costa dos Reis. -2. ed. rev. Atual. – São Paulo: Rideel, 2003.
- HISTÓRIA EM FOCO - HISTÓRIA GERAL. **Navegando na História; História da América**. 2011. Disponível em: <http://historiaemfocosls.blogspot.com.br/2011/05/america-espanhola.html>. Acesso: 30 de Agosto de 2017.
- INFANTE, Ulisses. **Curso de Gramática: aplicada aos textos**. São Paulo. ed. Scipione. 2001.
- LAPESA, Rafael. **Historia de la Lengua Española**. ed. Editorial Gredos, S. A. Sánchez Pacheco, 81, Madrid. 1997.
- LLORACH, Emilio Alarcos. **Gramática de la Lengua Española**. Real Academia Española/ Colección Nebrija y Bello. ed. Espasa Calpe, S. A. Madrid. 1ª edición 1999/ reimpressão 2008.
- MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da Língua Portuguesa**. ed. Saraiva. São Paulo. 1997.
- NEBRIJA, Antônio. **Gramática Castellana**. Librería y Casa Editorial Hernando (S. A.). Madrid. 1931.
- REAL, Academia, Española. **Nueva Gramática de la Lengua Española**, Ponente Principal: Ignacia Bosque. Ed. Espasa. Madrid.
- SECO, Manuel Raymundo. **Gramática Esencial del Español**. ed. Espasa. Madrid. 3ª edición 1995.

SELLANES, Rosana Beatriz Garrasini. **A Língua Espanhola no Mundo**. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/espanhol/predominancia-da-lingua-espanhola.htm>>. Acesso em 29 de agosto de 2017.

SILVEIRA, Kaique. **História da Gramática**. 2015. Disponível em: <https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Colegial/Historia-Da-Gramatica-616058.html>. Acesso: em 08 de setembro de 2017.

TULLIO, Di Ángela. **Manual de Gramática del Español: Desarrollos Teóricos. Ejercicios. Soluciones**. ed. S.A. Rivadavia. Buenos Aires. 2010. Disponível em: <https://omarsabaj.files.wordpress.com/2010/08/manual-de-gramatica-del-espanol-angela-di-tullio.pdf>. Acesso: 28 de julho de 2017.

VALDIR, Virgini. **História da Língua Portuguesa- Primeiros Gramáticos**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PK0ntFprhWo>. Acesso em: 08 de setembro 2017.